Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

VII Legislatura **Número: 39**
II Sessão Legislativa **Horta, Quarta-Feira, 20 de Fevereiro de 2002**

Presidente: *Deputado Fernando Menezes*

Secretários: *Deputados Raúl Rego e Natividade Luz (em substituição do Deputado António Loura)*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início pelas 15 horas e 25 minutos.

No **Período de Antes da Ordem do Dia** e para tratamento de assuntos de interesse político relevante para a Região usaram da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados Francisco Oliveira *(PS)*, Luís Medeiros *(PSD),* José Decq Mota *(PCP),* Joaquim Machado *(PSD),* Aires Reis *(PSD),* António Gomes *(PS),* Duarte Freitas *(PSD),* Paulo Valadão *(PCP),* Lizuarte Machado *(PS),* Hernâni Jorge *(PS)* e os Srs. Secretários Regionais da Agricultura e Pescas *(Ricardo Rodrigues)* e do Ambiente *(Helder Silva)*.

No **Período da Ordem do Dia** e para dar continuidade ao debate da **Proposta de Resolução – "para uma plataforma de entendimento relativa ao Estatuto Remuneratório dos Trabalhadores das IPSS",** apresentada pelo PCP, intervieram os Srs. Deputados Paulo Valadão *(PCP),* Francisco Barros *(PS),* José Manuel Bolieiro *(PSD),* José Decq Mota *(PCP),* Clélio Meneses *(PSD),* Alvarino Pinheiro *(PP),* Dionísio Sousa *(PS),* bem como o Sr. Secretário Regional Adjunto da

Presidência *(Francisco Coelho)* e a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais *(Fernanda Mendes)*.

Atingida a hora regimental para encerramento dos trabalhos, a continuação do debate e a votação ficaram agendadas para dia seguinte.

(Os trabalhos terminaram às 20 horas)

Presidente: Srs. Deputados, boa tarde.

Agradecia que ocupassem os vossos lugares para iniciarmos os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 25 minutos)

Tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa para proceder à chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins **Cardoso** da Costa

António das Neves Lopes **Gomes**

Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa

Dionísio Mendes de **Sousa**

Emanuel Mendonça **Furtado**

Fernando Manuel Machado **Menezes**

Fernando Rosa Rodrigues **Lopes**

Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**

Francisco Couto de **Sousa**

Francisco Sérgio Frade Frota Tavares **Barros**

Henrique Correia **Ventura**

Hernâni Hélio **Jorge**

José António **Cabral Vieira**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José de Sousa **Rego**

José Humberto Medeiros **Chaves**

Lizuarte Manuel **Machado**

Luís Paulo de Serpa **Alves**

Manuel Avelar da Cunha Santos

Manuel Fernando Soares de Oliveira **Campos**

Manuel Herberto Santos da **Rosa**

Manuel Soares da Silveira

Maria da **Natividade** da **Luz**

Nuno Alexandre da Costa Cabral **Amaral**

Óscar Manuel Valentim da **Rocha**

Paulo Manuel Ávila **Messias**

Renato Luís Pereira **Leal**

Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes **Reis**

António **Bento** Fraga **Barcelos**

Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**

Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**

João Manuel Bettencourt **Cunha**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

José Francisco Salvador **Fernandes**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Manuel Cabral **Bolieiro** Dias

José Manuel Avelar **Nunes**

Luís Henrique de Aguiar Sequeira de **Medeiros**

Manuel Ribeiro **Arruda**

Manuel da Silva **Azevedo**

Mark Silveira **Marques**

Raúl Aguiar **Rego**

Sérgio Manuel Bettencourt **Ferreira**

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses **Pinheiro**

Paulo Domingos Alves de **Gusmão**

Partido Comunista Português (PCP)

José Eduardo Bicudo **Decq Mota**

Paulo António de Freitas **Valadão**

Presidente: Estão presentes 47 Srs. Deputados. Pode entrar o público. Vamos retomar os nosso trabalhos.

Não há nenhuma correspondência na Mesa.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira.

Deputado Francisco Oliveira *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Temos acompanhado o percurso da agricultura açoriana desde antes de 25 de Abril de 1974 até ao momento actual, tendo por isso assistido a várias fases da sua evolução.

Foi longa a distância percorrida, desde o tempo em que era considerada de entre todas, a actividade mais sacrificante, até à forma como é desempenhada nos dias de hoje.

Primeiro, foi o tempo de todos os sacrifícios, em que não bastava o morejar de sol a sol, sem feriados nem fins de semana, como ainda não era permitido qualquer reivindicação ou simples desabafo perante tão difícil forma de viver.

Depois, juntamente com a melhoria de rendimentos após o 25 de Abril, surgiram muitas esperanças alimentadas durante alguns anos, mas que infelizmente se foram esfumando com a falta de capacidade dos vários governos em gerir os recursos que foram sendo colocados ao dispor desta actividade, de tal forma que o espectro da *falência,* era o que mais preocupava os agricultores açorianos, em meados da década de 90.

Era a época de todas as confusões. O tempo em que o leite entrava nas fábricas, mas o valor devido ao agricultor só era pago ao fim de 6 meses, 1 ano, ou ano e meio, conforme a ilha em que vivesse.

Foi a época em que um possível regresso ao passado, em termos *de trabalhar para aquecer*, perpassou pela mente daqueles que já tinham experimentado anteriormente algumas crises semelhantes.

As condições de trabalho, continuavam as mesmas para quase todos. Medidas estruturantes só iam surgindo para privilegiados.

Além do descrédito geral, fomentava-se o desespero naqueles que continuavam a rodar lama nas canadas, ou a passar os dias de verão na estrada, a transportar água para o gado.

É assim que no início da segunda metade da década de 90 os agricultores açorianos enfileiram ao lado de todos aqueles que já desacreditavam no processo autonómico e até democrático, contribuindo com a sua acção, o seu empenho e o seu esforço, para que ao PS fosse atribuída a responsabilidade de administrar os Açores.

Não o podiam ter feito em melhor altura. Cedo se tornou notório o acerto de tal medida, como cedo foi notória a diferença de procedimentos do novo Governo, em relação aos anteriores.

Primeiro, na melhoria das infraestruturas de acesso às explorações e na modernização das próprias explorações. Depois… bem, analisemos então o que de mais importante foi realizado desde a chegada do PS ao Governo Regional, no que diz respeito à Agricultura:

Foram feitas opções de fundo em relação à orientação a imprimir à Agricultura duma forma geral, com particular incidência nas fileiras do leite e da carne, sem descurar o papel relevante da floresta e da diversificação quanto possível da produção agrícola.

Era urgente e extremamente necessário inverter o que estava acontecendo em relação ao leite, em risco que estava a sobrevivência de inúmeras famílias açorianas e a própria economia regional, que via assim perigar o seu principal suporte.

Era urgente apostar na qualidade dos produtos e moralizar o sector. É assim que surge como medida prioritária a regularização do pagamento do leite à produção,

por forma a garantir uma receita mensal aos produtores agrícolas, de acordo com as entregas efectuadas.

Por outro lado, investiu-se a sério, sem hesitações, na qualidade do leite, alargando os serviços de classificação às ilhas do Pico, Faial, Graciosa e S. Jorge e reforçando-os nas ilhas Terceira e S. Miguel. Só no ano 2000 investiram-se 394 mil contos na classificação de 477 milhões de litros dos 491 milhões produzidos na Região durante esse ano.

Da mesma forma se incentivou o contraste leiteiro, visando uma selecção genética no sentido do aumento da produtividade e da melhoria da qualidade do leite, com reflexos directos na rentabilidade. Em termos de Sanidade Animal, concebeu-se e pôs-se em execução Planos Regionais com vista à erradicação da Brucelose e da Leucose, reconhecidos pelo País e pela Comunidade como eficientes e de muita importância para a pecuária da Região. Por sua vez a Febre Aftosa foi objecto de um plano de prevenção que impediu a entrada da doença na Região Autónoma dos Açores, na sequência do surto que atingiu vários países europeus.

No intento de proporcionar melhores condições de trabalho e consequentemente melhorar a qualidade do leite, era imperioso, na óptica dum Governo da responsabilidade do Partido Socialista, tornar extensiva a todos os agricultores a construção de infraestruturas que facilitassem o seu trabalho, proporcionando assim uma economia de esforço e de tempo, bem como a utilização das tecnologias colocadas ao seu alcance.

Foi precisamente isso que o Governo fez, ao intervir simultaneamente num elevado número de Perímetros de Ordenamento Agrário, onde se construíram e melhoraram mais de 60km de caminhos agrícolas, beneficiando cerca de 1450 explorações num investimento publico superior a 14 milhões de euros (2.8 milhões de contos) estando em construção mais 36 km no valor de 12 milhões de euros (2,4 milhões de cts).

Da mesma forma se procedeu em relação à recuperação de nascentes, captação, construção de reservatórios e distribuição de água, num investimento público superior a 15 milhões de euros (3 milhões de contos) encontrando-se em construção 6 novos abastecimentos de água no valor de 5,287 milhões euros (1,060 milhões de

cts) e electrificaram-se 28 ordenhas fixas num investimento público de cerca de 1.7 milhões de euros (330 mil contos)

A culminar toda esta série de intervenções, está o apoio à modernização da indústria de transformação, consequência natural do aproveitamento de todo o esforço colocado na melhoria da qualidade do leite ao nível da produção, proporcionando desta forma as condições necessárias à elaboração de produtos de elevada qualidade que consubstanciassem as mais valias desse percurso qualitativo.

É assim que surgem os apoios a várias unidades de transformação (Unicol, Unileite, e Queijaria do Corvo) bem como a construção de raiz de três novas unidades de lacticínios nas ilhas do Pico, Graciosa e S. Miguel, estas últimas num investimento superior a 25 milhões de euros (5 milhões de contos) estando já analisado em subunidade de gestão o projecto da fábrica do Faial que englobará um investimento de cerca de 2.2 milhões de contos.

Importa aqui relevar o importante papel do Governo Regional ao conseguir junto da Comunidade um tratamento de excepção durante 4 campanhas de produção leiteira, impedindo o pagamento pelos agricultores da penalização de 3.2 milhões de contos na campanha de 1999/2000 e conseguindo o aumento do direito de produção em mais 73.000 toneladas relativas ao auto consumo, até ao ano 2003.

Relativamente aos incentivos à modernização das explorações agrícolas e instalação de Jovens Agricultores, aprovaram-se 3.561 projectos num investimento de 61 milhões de euros (12.3 milhões de contos), com realce para o aumento do prémio à instalação do jovem agricultor em cerca de 50%, ao passar de 15.000 euros (3.000 cts) para 22.000 euros (4.400 cts) ou 25.000 euros (5.000 cts) de acordo com o seu nível de formação académica e profissional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Em relação à fileira da carne, conseguiu-se um plafond de 40 mil direitos ao prémio especial de bovinos machos, bem como a transferência para a região de mais de 1.300 direitos de manutenção de vacas aleitantes, na sequência de negociações da agenda 2000.

Na mesma sequência, foi fixado um prémio ao abate de bovinos de 50 euros por vitelo e de 80 euros por bovino adulto, bem como um complemento do prémio de

abate no montante de 25 euros, por cabeça, o que significa um aumento de 823 mil euros/ano nos apoios a conceder aos agricultores açorianos.

Foi também conseguido um apoio de 40 euros/por unidade à exportação de 20.000 vitelos machos, para outros países da Comunidade.

No que respeita à qualidade e promoção deste produto, foi notório o esforço despendido na manutenção do ***estatuto de região indemne de BSE***, nomeadamente após o surgimento de um animal de origem alemã infectado, culminado com a instalação de 2 laboratórios específicos de despiste rápido desta doença, em S. Miguel e na Terceira, que permitem responder eficazmente às necessidades da Região. Ainda na sequência de medidas tendentes a ultrapassar com a maior rapidez a situação criada com o aparecimento do referido animal infectado, abateram-se durante o primeiro semestre de 2001, no âmbito do Regulamento (CE) 2777/2000, 14.772 animais com mais de 30 meses, abrangendo 3.392 produtores que receberam uma indemnização superior a 5.5 milhões euros.

A criação do caderno de Especificações de Indicação Geográfica da Carne dos Açores, a que já aderiram 43 produtores, foi um passo significativo no sentido da promoção e valorização deste produto, assim como o sistema europeu de rotulagem da carne de bovino, constituiu um contributo importante para incutir confiança nos consumidores.

De referir a intervenção da Administração Regional ao abrigo do Regulamento (CE) 690/2001 no mercado da carne de bovino, ao adquirir 3.500 vacas de refugo num total de 800 toneladas.

O empenho que o Governo Regional tem colocado no desenvolvimento deste sector, considerado um complemento de vital importância para a economia da agricultura regional, levou-o a remodelar ou construir de raiz quase toda a rede de abate regional, tendo já investido mais de 4 milhões de contos nos matadouros de S. Miguel, Flores, S. Jorge, Graciosa e Corvo, a que se seguirão em breve as construções dos das ilhas Terceira, Santa Maria e Pico.

Como se verifica, nos sectores do leite e da carne, o Governo está dotando a Região de medidas estruturantes que em muito contribuirão para uma mais valia destes produtos tão importantes para a economia açoriana.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

À floresta é atribuído um papel de relevo na manutenção da paisagem e na preservação do meio ambiente, ao mesmo tempo que se releva a sua cada vez maior importância no desenvolvimento sustentado do meio rural.

Com base nestes princípios, desde cedo foi notória a atenção dedicada à floresta, pelo Governo Regional, avançando com a inventariação das áreas e madeiras existentes, a fim de possibilitar a planificação do repovoamento e do ordenamento florestal.

Com vista ao melhoramento da produtividade da criptoméria e da diversificação da floresta, modernizou-se o sistema de produção de plantas em viveiros, tendo-se atingido neste momento o nível de produção de 4 milhões de plantas/ano.

Esta acção contribuiu para a florestação de 1.303 ha de terras agrícolas num investimento (100% a fundo perdido) de 2 milhões de euros e o pagamento de 530 mil euros de prémios à perca de rendimento, bem como para a re-florestação de 800 ha, num investimento de 1 milhão euros.

Ainda no âmbito das acções relacionadas com o espaço florestal, procedeu-se ao estudo e censos do coelho bravo, codorniz, galinhola e perdiz vermelha e criaram-se postos cinegéticos de criação de espécies para repovoamento, assim como reservas parciais de caça para protecção e recuperação daquelas espécies, numa área de 5.824ha.

Durante este tempo, foram realizadas 3.809 acções de fiscalização de caça, numa demonstração do interesse colocado na preservação dos recursos cinegéticos.

Em relação à piscicultura, repovoaram-se lagoas e ribeiras em S. Miguel e Flores com 205 mil trutas arco-íris.

O corpo de guardas florestais foi acrescido de mais 28 novos guardas o que representa um aumento de 64%, tendo-se para além disso investido 1 milhão euros em viaturas e fardamentos.

Procedeu-se à recuperação e manutenção de 23 áreas de lazer existentes e criaram-se outras duas no Pinhal da Paz e Água Retorta num investimento de 1.5 milhões euros.

Foram criadas regras claras e transparentes para a utilização dos baldios, e procedeu-se à manutenção e beneficiação de 4.846 ha de pastagens baldias, utilizadas por

2.194 agricultores, bem como à construção de 186 km de vedações e de 176 tanques e bebedouros.

Em relação aos caminhos florestais e rurais, repararam-se e beneficiaram-se 4.000km, colocou-se revestimento betuminoso em 167km e construíram-se de novo 107km num investimento de 16.9 milhões euros (3,4 milhões de cts).

A diversificação da produção tem merecido destes Governos da responsabilidade do PS uma atenção muito especial, apresentando-se como exemplo o crescimento significativo da agricultura biológica, quer em número de produtores devidamente certificados, que obteve um aumento de 45%, quer em área, que passou de 12ha em 1996 para 30ha em 2001. É prestada uma ajuda à comercialização de frutas, produtos hortícolas, flores, chá, mel e pimentos, no mercado exterior e houve um aumento significativo do apoio à produção de beterraba para entrega na SINAGA.

É de realçar também a autorização conseguida para a produção e comercialização do vinho de cheiro até Dezembro de 2006, bem como os novos apoios à reconversão da vinha.

A cultura do chá também beneficiou de uma nova ajuda no valor de 800 euros/ha até um máximo de 100ha, procurando-se assim estimular o aumento desta produção.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Fora do âmbito destas especificações, existem um conjunto de medidas que se aplicam de forma transversal a todos aqueles que se dedicam à actividade agrícola em qualquer das suas vertentes.

Em primeiro lugar aparece a Formação e Qualificação profissional onde em mais de 300 acções se envolveram mais de 3.500 agricultores e técnicos, sendo 1000 deles jovens empresários agrícolas.

Em acções de vulgarização junto dos agricultores, tem-se transmitido informação e conhecimentos adaptados à realidade local.

Depois, dentro da compreensão das dificuldades que atingem os agricultores açorianos, têm sido criadas várias acções de apoio e ajuda directa à economia das explorações, tais como :

a redução do IRS e IRC em 20 e 30% para agricultores e empresas com sede na Região;

uma redução de 50% nos 3 primeiros anos a pequenos empresários agrícolas e de 2% para todos em geral, no desconto para a Segurança Social;

uma linha de crédito de 748 milhões euros com juros bonificados e amortização em 8 anos;

a isenção de IRS até 24.4 milhões euros/ ano;

a redução do preço do gasóleo em mais de 30$00/litro em relação ao gasóleo rodoviário;

um apoio a 8.500 agricultores atingidos pelas intempéries, no valor de 7,5 milhões euros;

o pagamento do transporte de adubos do Continente para a Região no valor de 2.5 milhões euros/ano;

um apoio à compra de terras por rendeiros (SICATE) que permite o investimento de 15 mil contos sem juros e de outros 15.000 cts com bonificação de 80% dos juros, reembolsável em 20 anos, para o qual já foram aprovadas 39 candidaturas, encontrando-se 16 em análise;

o apoio para alimentação do gado (fibra) em invernos rigorosos, no valor de 400 mil euros/ano;

um apoio ao rendimento (através das indemnizações compensatórias) que abrange 4.247 agricultores, num montante de 6.484 mil euros/ano (1.3 milhões de cts);

um aumento substancial de apoio às Medidas Agro-Ambientais, de acordo com o compromisso ambiental do agricultor, que abrange 1.615 candidaturas e a verba de 5.750 mil euros/ano (1.5 milhões de cts);

o aumento da comparticipação financeira da Comunidade no apoio às Medidas Agro-Ambientais que passou de 75% para 85%, após negociações do Governo Regional com a União Europeia;

a disponibilização através do FEOGA Garantia, de um apoio público total no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural (PDRu) de 150 milhões euros (30 milhões de contos) até 2006, para reformas antecipadas, florestação de terras agrícolas, indemnizações compensatórias e medidas agro-ambientais;

e ao nível do POSEIMA, conseguiu-se a permissão para um apoio até 75% no investimento em determinadas explorações agrícolas e empresas de transformação e comercialização em derrogação do Regulamento CE 1257/2000.

Foi ainda com o Governo Regional da responsabilidade do PS que o Património do IACAP's foi transferido em definitivo para as Associações e Cooperativas dos Agricultores, e que se conseguiu abrir uma Delegação do IFADAP na ilha Terceira, possibilitando assim o acesso directo dos agricultores àquela instituição.

Por outro lado, têm sido apoiadas as organizações de produtores e cooperativas do sector, através da atribuição de 100 mil cts/ano para o seu funcionamento, assistência técnica e modernização, além da transferência de funções mediante a assinatura de protocolos, com vista à canalização de candidaturas e diversos tipos de apoio no âmbito da PAC.

Para além disso, tem sido seguida uma política de aproximação aos responsáveis do sector, dando assim um novo dinamismo ao Conselho Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Em relação à Reforma Antecipada da Agricultura foram aprovadas 456 novas candidaturas, que importarão no pagamento de 6 milhões Ä/ano. Já foi publicada a nova portaria, e dentro em breve terá início um novo processo de candidaturas.

Importa ainda referir a existência de Envelopes Nacionais com Financiamento Comunitário, no âmbito das OCM's, a distribuir pelos agricultores de acordo com critérios a definir anualmente, de 6 milhões euros para bovinos, 2.5 milhões euros para ovinos e caprinos e de 14.5 milhões euros para bovinos leiteiros (a partir de 2005).

Por sua vez, o III QCA contém, no âmbito do PRODESA, 33.4 milhões de contos de despesa pública a investir em 13 acções com vista ao desenvolvimento sustentado das zonas rurais e de incentivo à modernização e diversificação do sector agro-florestal, que somados aos 13.4 milhões cts de comparticipação privada que potenciarão, irão proporcionar um investimento global de 46.8 milhões de cts até 2006.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Há pois sobejas razões para os agricultores estarem satisfeitos no presente e confiantes no futuro.

Depois daquele ***virar da esquina*** e atingido o período de estabilidade que hoje se vive no seio da Agricultura, é salutar assistir ao esforço dos seus dirigentes associativos na procura de formas de gestão modernas, onde a informação actualizada e a constituição de lobbies, são factores de vital importância para o seu desenvolvimento e modernização. Foi neste contexto que a Federação Agrícola dos Açores decidiu abrir uma Delegação em Bruxelas.

Uma vez mais, o Governo Regional esteve presente. Uma vez mais demonstrou estar atento e empenhado no apoio a acções que se espera venham a produzir frutos valiosos para os agricultores açorianos.

Não temos porém a veleidade de pensar que os agricultores, tenham sempre presente na memória o vasto rol de medidas positivas, executadas pelos Governos da responsabilidade do PS; mas consideramos muito importante que não esqueçam, quão conturbados foram os tempos para o sector, quando o PS foi Governo, desculpem o PSD.

Disse.

Deputado Mark Marques e João Cunha *(PSD):* A boca puxa sempre para a verdade!

O Orador: Quando o PSD foi Governo cá e lá!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Luís Medeiros. Dispõe de 3 minutos.

Deputado Luís Medeiros *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu ouvi com muita atenção a intervenção do Sr. Deputado Francisco Oliveira e efectivamente é impossível estarmos aqui, neste momento, a referir individualmente este extenso role de maravilhas operadas pelo Governo Socialista.

Há aqui determinadas questões que se poderiam dizer que resultam efectivamente de processos que foram iniciados há muitos anos e que nós próprios demos início a muitos e felizmente foram continuados, mas não vamos gastar tempo com estas questões.

Eu gostaria de centrar a minha atenção apenas em duas questões, que gostaria de colocar ao Sr. Deputado Francisco Oliveira.

A primeira prende-se com a questão da carne e a filosofia que neste momento está subjacente a todo o processo de produção de carne nos Açores, porque efectivamente o que acontece com a revisão do POSEIMA, já aqui o disse e repito, é o desaparecimento da discriminação positiva que a Região tinha, que era o complemento ao prémio à engorda, prémio esse que podemos dizer que é vantajoso pois temos um plafond de 40 mil bovinos, normalmente candidatávamos 22, 23 mil e esses animais que eram candidatos ao prémio, normalmente eram contemplados com o prémio que vinha acrescido do tal complemento à engorda que agora desaparece.

Paralelamente introduz-se um prémio à saída de animais muito jovens da Região e a minha primeira pergunta é se ao retirar o prémio complementar aos animais que cá ficam, que cá são engordados e que vão contribuir para a produção de carne nos Açores e simultaneamente dar um prémio que estimula a saída de animais jovens, se não estamos a ter uma política contrária à do incentivo da produção de carne na Região.

Por outro lado, fala-se do prémio ao abate, mas nós pensamos que, se não me falha a memória, 86% dos bovinos jovens dos Açores são exportados antes de atingirem a idade de abate. Portanto, esse prémio não terá qualquer efeito para além daquele que é hábito, ou seja, trazer uma pequena compensação às vacas e aos animais adultos de refugo que são abatidos na Região.

A segunda questão que gostaria de lhe colocar e que V. Exª. referiu e bem, prende-se com o facto de termos ficado isentos do pagamento de multa, e essa isenção foi conseguida através das 73 mil toneladas de "quota virtual", passando o termo, que nos foram atribuídas. Estamos a um mês, praticamente, do fim da campanha leiteira 2001/2002. O regulamento do POSEIMA estipula que será fixada uma percentagem

a adicionar à quota individual de cada produtor, percentagem essa a partir da qual ela então será penalizada.

Presidente: Agradecia que concluísse, Sr. Deputado.

O Orador: Eu termino já.

Neste momento os produtores dos Açores estão na mais completa ignorância, em relação ao que se passa com as quotas leiteiras.

A minha pergunta é se não preencherem essa percentagem que lhes foi atribuída o que é que acontece com essa quota? Cai na reserva nacional? Se cair na reserva nacional é aplicada a legislação que está em vigor, ficando as retenções para a reserva nacional, ou não?

São estas questões que preocupam grande parte dos produtores de carne e leite dos Açores e que eu gostaria também de ver esclarecidas.

Deputado Bento Barcelos *(PSD): Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD).

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira para esclarecimentos.

Deputado Francisco Oliveira *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

É evidente que o Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros coloca algumas questões pertinentes nomeadamente no que diz respeito aos prémios do gado de abate.

É evidente que o possível foi conseguido junto da Comunidade Europeia. Estes prémios que são concedidos aos agricultores são prémios que de facto têm satisfeito as associações de agricultores que se têm debruçado sobre esta matéria.

São prémios que, por exemplo, naquilo que diz respeito à exportação de vitelos, procuram de alguma forma colmatar aquele subsídio que era dado ao abate de vitelos e que era tão desejado pela agricultura que continuasse. Portanto, de alguma forma substitui esse subsídio que era dado ao vitelo à nascença.

Quanto ao subsídio ao animal abatido cá, entende-se que o subsídio aplicado, nos montantes em que é, apontando para a exportação, estão mais de acordo com as

necessidades da Região e consequentemente com o reforço da economia das explorações.

Quanto à questão do leite, em relação à legislação da quota leiteira estipula-se que o lavrador não perde quota quando nalgumas circunstâncias justifique a não produção da quantidade de leite que é atribuída, em caso de intempéries, surtos de doenças etc..

Neste caso o que aconteceu em relação à BSE e que fez abater muitos animais na Região, de facto pode ser uma justificação também para que a quota não seja retirada aos agricultores.

Este é um problema essencialmente técnico e penso que por esta via se poderá evitar que o lavrador perca o direito à quota que tem, mas se não for está aqui o Sr. Secretário que explicará melhor esta situação.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas *(Ricardo Rodrigues):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

As questões que o Sr. Deputado Sequeira de Medeiros levantou foram em parte respondidas pelo Sr Deputado Francisco Oliveira, contudo gostaria de dar mais alguns esclarecimentos.

Em primeiro lugar relativamente à filosofia e aos objectivos da política e no que diz respeito ao sector da carne – que é um complemento do sector do leite, como todos nós sabemos – nós sabemos onde estamos e para onde queremos ir.

V. Exa. foi o primeiro a dizer que 86% dos bovinos machos eram exportados antes de receber o prémio, daí que nós tenhamos um prémio à saída. Porquê? Porque estamos nessa fase de desenvolvimento. Esse é o apoio que nós consideramos ser importante para os agricultores.

Se o PSD entende que nessa conjuntura, com 86% da exportação se deve retirar esse prémio, é uma política que a vós compete defender. Nós defendemos esta, porque achamos que assim estamos a apoiar os agricultores e os lavradores, que se dedicam ao sector da carne.

Por que é que temos um prémio de abate?

Porque vamos, efectivamente, caminhando no sentido de não exportar a maioria do nosso gado de carne. Isso é consentâneo com a construção da rede regional de abate, ou seja, tendo todas as ilhas dos Açores uma rede de abate (matadouros que sejam capazes de fazer a desmancha dos animais na Região), obviamente que o prémio de abate é mais compensatório do que o prémio de saída, mas temos que ter noção de onde estamos e para onde queremos ir.

Onde estamos? É na maior parte da exportação, por isso o prémio para quem exporta.

Para onde vamos? Para o desmanche dos animais na Região, concluída que esteja a rede nacional de abate. Não temos um prémio de abate porque esse vai-se incrementar no futuro. Isto relativamente à carne.

Relativamente à quota leiteira, eu vi, já há alguns meses atrás, que o PSD não percebeu nem percebe – e V. Exª. nomeadamente em concreto desconhece – o que é que se passa relativamente à quota leiteira (o PSD e não os lavradores).

Recentemente estive em Bruxelas com a Federação Agrícola dos Açores e tive oportunidade de ter tratado com os lavradores esse tema relativamente ao futuro com várias entidades e autoridades da União Europeia.

Todos os lavradores sabem que nos Açores podem produzir a quantidade que produziam em 99/2000 e que se produzirem dentro desses limites não serão multados.

A percentagem que V. Exª. refere, e com razão, de 17% - não referiu o número, mas é essa - que há-de ser adicionada à quota efectiva e real de cada um dos lavradores, será adicionada tantas vezes quantas as necessárias para que o lavrador não apanhe a multa. Portanto, isso sabem e sabem que estão tranquilos porque estão confiantes no Governo do PS e têm razões para isso, porque souberam que aumentaram, que ultrapassaram a quota, que não pagaram multas devido ao esforço do Governo do PS e com algumas …

Presidente: Agradecia que concluísse Sr. Secretário Regional.

O Orador:… Muito obrigado Sr. Presidente.

… rasteiras, entretanto passadas nesse domínio, quer por alguns Deputados do PSD, em ciclos oportunos, quer por outros Deputados, designadamente do CDS/PP, também com frequentes perguntas ao Comissário Fischler.

Portanto Sr. Deputado, os lavradores sabem e aquilo que eu concluo é que o PSD não sabe.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota para esclarecimentos.

Deputado José Decq Mota *(PCP):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Ouvi a intervenção do Sr. Deputado Francisco Oliveira, feita num estilo que lhe é habitual quando se discute o Plano para o ano seguinte, estilo esse que foi adoptado desde que o PS está no poder.

Não tenho tempo, porque temos outra programação de trabalhos e o nosso tempo é limitado e regimentalmente definido para entrar em grandes debates, mas queria fazer duas notas.

O Sr. Deputado traçou um plano que é totalmente optimista em relação ao relatório de execução dos serviços respectivos da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas. Deu alguns dados, contudo é muito difícil fixar dados quando se trata dessa torrente de pormenores que atribuiu, mas pareceu-me perceber que falou em 4.000 Km de caminhos agrícolas reparados e sobre isso gostava de obter alguns esclarecimentos, na medida em que não foi possível nem fazer o levantamento que acordámos com o Governo em relação a caminhos agrícolas quando se tratou do Plano a Médio Prazo, nem concretizar o reforço de verba de 100 mil contos, no primeiro ano, que se destinava a esse fim.

Gostava de algum esclarecimento sobre esse número que foi apontado, mas gostava fundamentalmente, e era aqui que queria chegar, que o Sr. Deputado me explicasse o sentido desta frase que passo a citar: "…os agricultores estão satisfeitos com o presente e confiantes no futuro".

Quem anda pelas ilhas, quem anda pelas explorações agrícolas, quem faz reuniões e debates – porque se o Sr. Deputado faz, eu também faço – com agricultores, com associações, com agricultores individualmente considerados, com dezenas de agricultores em conjunto, com agricultores representativos de várias ilhas, por

exemplo neste edifício desta Assembleia tive ocasião de fazer numa sala do rés-do-chão, duas audições com largas dezenas de agricultores da Ilha do Faial, com os principais produtores de leite desta Ilha e não detectei esse sentimento nem de satisfação, nem esse sentimento de confiança no futuro. Pelo contrário, o que caracteriza o sector neste momento, o que fragiliza o sector é um sentimento…

Presidente: Agradecia que concluísse Sr. Deputado.

O Orador: Termino já Sr. Presidente.

… de indeterminação sobre o futuro, independentemente de tudo o que possa estar a ser feito, tudo o que tenha sido feito, tudo o que esteja planeado para fazer, há um sentimento de insegurança no futuro. É esta a realidade.

Eu gostaria que o Sr. Deputado fizesse o favor de explicar o fundamento da sua afirmação, para ver se percebo.

Muito obrigado.

Presidente: Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Luís Medeiros.

Deputado Luís Medeiros *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de pedir esclarecimentos ao Sr. Secretário Regional, na medida em que eu não me devo ter feito entender.

A questão que eu ponho e que está subjacente à política de produção de carne é exactamente esta: os animais que são exportados vivos da Região, 86% não atingiram ainda o peso de abate, o que quer dizer, que não é por haver matadouros na Região que esses animais vão passar a ser abatidos na Região.

O problema que se põe aqui é um problema de produção animal, é o sistema de produção animal regional que ainda não foi capaz, digamos, de dar a volta para que esses animais não saiam, fiquem cá, sejam levados no maior número possível ao peso de abate e que sejam transformados em carne aqui. Só aí, quando tivermos essa transformação de carne cá, é que podemos falar de carne dos Açores. Isso leva-me a repetir uma frase que já aqui disse e que é a seguinte: no que respeita à carne dos Açores "estamos a começar a casa pelo telhado".

No que respeita à política de produção de carne, estamos a incentivar a saída de animais jovens, mas no terreno não vejo que haja uma política estruturada para que se leve ao desenvolvimento da produção de carne nos Açores.

A segunda questão que gostaria de ver esclarecida, diz respeito a uma percentagem que o Sr. Secretário mencionou de 17% e que seria acrescentada tantas vezes às quotas dos produtores, para que eles não ultrapassassem as suas entregas de 99/2000. Eu pergunto Sr. Secretário, se esse é o seu critério pessoal, porque o artigo 24º. do regulamento do POSEIMA, obriga a que todas as medidas que sejam tomadas pelo Estado-Membro sejam publicadas e comunicadas à Comissão, antes da sua entrada em funcionamento.

Partilho com o que foi dito pelo o Sr. Deputado Decq Mota ao Sr. Deputado Francisco Oliveira, ou seja, que V. Exª. tenha falado com dirigentes das associações e eles estejam cientes disso, tudo bem, agora os lavradores com quem nós falamos na rua, aqueles que nós recebemos, aqueles que encontramos nas feiras, não estão cientes disso, não sabem o que é que lhes vai acontecer e estão assustados, Sr. Secretário.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira.

Deputado Francisco Oliveira *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção foi de facto 100% optimista porque – embora algumas das questões tenham sido omitidas, não fui assim tão exaustivo como isso – fiz um balancete das medidas executadas por este Governo Socialista desde há 5 anos a esta parte. Tudo aquilo que o Governo fez e que é do meu conhecimento, enumerei nesta intervenção, tornando-a numa intervenção extensiva.

Portanto, esta intervenção não pretendeu ser uma intervenção sobre execução do Plano, sobre a percentagem de execução de qualquer ano, nem até do conjunto destes anos. Foi, e volto a repetir, um conjunto de acções que o Governo fez durante esses 5 anos e que foram aqui lembradas. E porquê? Porque muitas vezes as pessoas que falam com os agricultores não referem aquilo que foi executado pelos Governos Socialistas, e o que foi feito há 3 ou 4 anos muitas vezes cai no esquecimento e não é

lembrado na devida altura. Alguns membros da oposição apenas apresentam o que de negativo possa existir ao longo desta Região.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS): Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS).

O Orador: Portanto, foi dentro desse âmbito que a minha intervenção foi proferida.

Quanto à questão dos 4 mil quilómetros que podem parecer exagerados, não me parecerão tanto se verificarmos que não são caminhos agrícolas.

O Sr. Deputado quando fez a pergunta falou em caminhos agrícolas. De caminhos agrícolas o que foi executado ao longo destes 5 anos foram 60km e estão 36 em execução. Isso é que é o balanço dos caminhos agrícolas, que como sabe são aqueles que são abertos de raiz nas áreas dos perímetros agrários ou quando o IROA entende que eles devam ser abertos para servir algumas explorações. Trata-se dos caminhos de âmbito florestal e rural.

Portanto, todo esse tipo de reparação de caminhos – se me recordo de cor para não estar à procura na intervenção – são 167 Km e de asfaltamento penso que são cerca de 150 Km, isto no âmbito florestal.

Estes 4 mil Km são todos aqueles que foram objecto de alguma intervenção, colocação de bagacinas, limpezas de aquedutos, etc., de modo a ficarem transitáveis e isto engloba – e volto a repetir para que não hajam dúvidas – todos os caminhos florestais e rurais.

É evidente que o somatório de tudo isto conduz àquilo a que nos conduziu, é de facto ficarmos com a ideia, para alguns demasiado, optimista.

Desta vez foi apenas referido tudo aquilo que de positivo o Governo fez.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas *(Ricardo Rodrigues):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Apenas mais dois ou três esclarecimentos sobre esta matéria.

Eu já ontem aqui nesta Assembleia verifiquei que para uma intervenção do Sr. Deputado Cabral Vieira, com factos e números, a oposição respondeu com

interpretações. Hoje mais uma vez para uma intervenção do Sr. Deputado Francisco Oliveira, com factos e números os Srs. respondem com interpretações subjectivas e sem contradizer os factos e os números que são apresentados.

Gostaria que essa questão ficasse clara. Os Srs. Deputados do PS têm apresentado números, têm apresentado factos e os senhores apresentam interpretações subjectivas, à vossa maneira, daquilo que é apresentado.

Para que fique claro, relativamente à carne Sr. Deputado Sequeira de Medeiros, nós incentivamos a saída de animais jovens na actual conjuntura. Porquê? Porque não temos na linha final, ou seja, a jusante a rede de abate capaz de dar vazão, se nós tivéssemos ficado com todos os animais dentro da Região. Se V. Exª. não percebe porque é que o Governo age assim, eu explico mais uma vez, …

Deputado Mark Marques *(PSD)*: Que arrogância! E depois nós é que somos arrogantes!

O Orador: …mas aquilo que já disse na primeira intervenção é que na actual conjuntura não havendo a rede regional de abate concluída e principalmente a de desmancha, obviamente que temos que apoiar a saída de alguns animais.

Relativamente a caminhos agrícolas e a pergunta era mais ali para o lado do Partido Comunista, gostaria de dizer o seguinte: o Governo Regional já aprovou em Conselho de Governo um decreto que mandou para a Associação de Municípios relativamente à regulamentação sobre caminhos.

Essa matéria não ficou esquecida no âmbito do compromisso político que nós assumimos. Essa matéria está a ser devidamente tratada, chegará à Assembleia, naturalmente, mas antes da Assembleia foi enviado para cada Associação de Municípios para a definição dos caminhos regionais, municipais, rurais e florestais.

Nós não nos esquecemos dessa matéria, Sr. Deputado José Decq Mota, para que fique claro a sua intervenção.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Alguns dos números da Secretaria de Agricultura e Pescas que aqui foram lidos pelo Sr. Deputado Francisco Oliveira, não são do meu conhecimento, porque nunca chegaram à minha posse.

Deputado José San-Bento *(PS):* O senhor é agricultor?

O Orador: Portanto, interpelo o Sr. Presidente para saber se já deu entrada nesta Assembleia o relatório de execução financeira e material do ano 2000 e qual o último relatório de execução financeira relativamente ao ano económico de 2001 que deu entrada nesta Assembleia.

Presidente: Sr. Deputado, eu neste momento não estou em condições de responder a isso.

V. Exa. pode requerer essas informações ao Governo Regional através dos expedientes normais.

Tem a palavra o Sr. Deputado Sequeira de Medeiros.

Deputado Luís Medeiros *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não vou voltar à questão da carne de bovino, porque percebo o seu ponto de vista, mas continuo a afirmar que em termos de incentivos, de estruturação da produção de carne, neste momento não se está a fazer praticamente nada nos Açores.

De qualquer maneira, a minha interpelação neste momento vai para uma questão que V. Exa. deixou em branco e tem a ver com a regulamentação da quota virtual e a sua utilização pelos produtores.

V. Exa. afirmou que se iria acrescentar os 17% tantas vezes quantas as necessárias. Isso deixou-me um pouco confuso. Não percebo como é que isso é feito, quando as 73 mil toneladas são igualmente distribuídas por todos os produtores.

Onde é que V. Exa. vai buscar leite para acrescentar 17%, tantas vezes quantas as necessárias, para fazer a entrega de um produtor de 99/2000?

Segunda questão: Isso pode-se fazer sem haver um diploma, uma portaria, um despacho normativo ou um decreto-lei? Como é que se enquadra isso com a legislação actualmente em vigor?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira.

Deputado Francisco Oliveira *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em relação aos números aqui apontados na intervenção, grande parte deles são do somatório dos jornais oficiais onde vêm indicadas as adjudicações das diversas obras, quer para caminhos agrícolas, quer para abastecimento de água.

Os dados aqui referidos podem somar-se e compilar-se através da II Série do Jornal Oficial que todos os deputados, penso eu, recebem em casa.

Pelo menos da minha parte, no que respeita à agricultura, tenho arquivado as páginas referentes a isso desde há alguns anos e quando alguma coisa quero ver, é fácil referenciar obra a obra quanto é que custou e o que é que ultrapassou em prazos de execução. Tudo isso vem lá e é de lá que se tiram muitos desses números.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas *(Ricardo Rodrigues):* Muito obrigado, Sr. Presidente.

Mais uma vez, Srs. Deputados, para esclarecer.

Julgava que essas questões jurídicas eram mais importantes para os juristas, mas vejo que o Sr. Deputado está interessado nessa questão. De facto, é uma matéria que eu já não exerço e deixo isso para os meus técnicos estudarem.

O que eu lhe queria dizer é que a proposta do Governo Regional seguiu para o Governo da República.

Como sabe, Portugal é um Estado-Membro. Do Governo da República seguiu para Bruxelas e para a Representação Permanente para entrar em discussão.

Desloquei-me a Bruxelas recentemente, porque esse é um tema a tratar. O assunto está no caminho formalmente correcto para o resultado que nós pretendemos atingir.

Eu percebo a vossa preocupação. De resto, participei num colóquio em que V. Exa. estava presente junto com o Sr. Deputado ao Parlamento Europeu, Costa Neves.

Os senhores estão insistentemente a colocar aos lavradores a dúvida sobre essa questão. Não é bem a dúvida. É afirmar que ninguém sabe se para o ano eles vão

pagar multas. Até acham que isso não está muito bem, mas têm dúvidas se isso se vai resolver ou não.

Nós andamos junto dos lavradores a explicar e a dizer o que é que se está a fazer e eles percebem, porque, felizmente ou infelizmente, são como São Tomé e têm a certeza – repito a expressão – de que com este Governo eles não vão pagar multas, pelo menos dentro da versão de 99/2000. Isso está claro como água. Portanto, não há dúvida nenhuma.

Eu já disse várias vezes que quem ultrapassar a versão 99/2000, está sujeito a pagar multas, para que fique claro e eles também sabem isso.

O processo formal jurídico da tramitação está em curso Sr. Deputado e essa nossa pretensão foi levada ao Governo da República, está neste momento em Bruxelas e sairá a legislação adequada para atingir os objectivos que nós pretendemos nesse domínio.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Encerrado este debate, tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis para uma intervenção.

Deputado Aires Reis ***(PSD):*** **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:**

A ilha de São Jorge, pela sua orografia, é bastante vulnerável às intempéries.

A sua Orla Marítima, especialmente as zonas costeiras mais baixas como são as fajãs, já se encontra demasiado debilitada.

As Fajãs em particular, são especialmente afectadas, muitas vezes de forma quase irreversível.

Existem, no entanto, casos que, resolvidos em tempo útil, poderão evitar que se transformem em problemas irremediáveis.

Muitas vezes não são necessários grandes investimentos financeiros, mas sim uma coordenação eficaz, iniciativa e investimentos de pequena monta.

Mas isso não se tem verificado.

Vem este assunto a propósito da necessidade que sentimos no pleno funcionamento dos Serviços de Ambiente de São Jorge.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nos últimos temporais o mar voltou a bater à porta de algumas moradias da Vila da Calheta.

Já em anos anteriores tinha acontecido exactamente a mesma situação.

Verifica-se, no entanto, que ainda não terá sido dada a devida atenção a este problema muito concreto.

Receio mesmo que esta situação volte a repetir-se, tornando-se eventualmente numa catástrofe.

Como se compreende, a criação dos Serviços de Ambiente em São Jorge causou alguma expectativa na população e nas próprias instituições.

Foi uma iniciativa que parecia trazer uma nova dinâmica e ia de encontro às aspirações das populações e das próprias autarquias locais – ou seja – os jorgenses começaram a acreditar na resolução de alguns dos problemas e acima de tudo em respostas mais claras e eficazes.

Na realidade, uma das primeiras decisões da Secretaria Regional do Ambiente demonstrou claramente um bom princípio e uma sensibilidade muito especial para os problemas difíceis da Fajã da Caldeira de Santo Cristo que me levam, se me é permitido, a expressar ao Senhor Secretário, as minhas sinceras felicitações. Trata-se da assunção, por parte desta Secretaria, da responsabilidade relativa à recolha dos resíduos sólidos ali produzidos. Foi uma decisão naturalmente ponderada e responsável que nos dá garantia de, a partir de agora, o lixo deixar de ser um problema na Fajã da Caldeira de Santo Cristo e, por outro lado, o reconhecimento de que uma autarquia dificilmente conseguiria, com os seus próprios meios, dar uma resposta cabal a este complexo problema.

Mas, Senhor Secretário, passado algum tempo da abertura dos Serviços de Ambiente em São Jorge, podemos também concluir que, noutras áreas, os resultados não são idênticos. São infelizmente menos eficazes. Poder-se-á dizer mesmo que foram goradas outras nossas expectativas.

A verdade é que alguns problemas que envolvem pequenas decisões pontuais e, eventualmente, intervenções em conjunto por parte das diversas entidades oficiais, deveriam ser resolvidos mais rapidamente, e não o são.

Preocupam-nos, por exemplo, alguns problemas como a execução de um estudo que nos permita concluir se é ou não possível a exploração de alguma saibreira na zona do Topo, que teria a maior importância para as nossas autarquias e para as nossas populações.

Esperamos também uma medida que defina apoios pontuais para a resolução de problemas verificados em algumas saibreiras, originados, em tempos, pela necessária extracção de areia, que precisam de intervenção ao nível da sua recuperação paisagística.

Aguardam-se também iniciativas com vista à elaboração de um programa geral de recolha de lixos abandonados por toda a encosta da ilha.

Ao nível da protecção da orla marítima, continuamos ora com estudos muito demorados, ora com decisões desgarradas e sem o mínimo de planeamento.

Por outro lado, não se verificou sequer, com a criação destes serviços, uma maior rapidez nos processos de licenciamento que passam por esta Secretaria.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queremos que os Serviços de Ambiente de São Jorge assumam um papel interventivo, inovador, também com acções de sensibilização, de orientação e de pedagogia junto das populações.

Só assim serão bem aceites e acabarão por conseguir o respeito da população.

A verdade é que a actual estrutura não ajuda as pessoas a resolverem os seus problemas. Aliás, possui já uma imagem negativa.

A população considera-a um empeço na resolução dos seus problemas, e os próprios investidores privados têm a mesma ideia o que condiciona negativamente o próprio processo de desenvolvimento da ilha de São Jorge.

Com uma angustiante escassez de meios, os Serviços de Ambiente de São Jorge acabaram por orientar a sua actividade para uma acção meramente fiscalizadora. Ou seja, começaram por não se darem bem com os cidadãos.

Proponho-lhe, por isso, Sr. Secretário, que recomece tudo de novo. Ao lado das pessoas e não sempre atrás delas. Com outros princípios, com um método mais adequado e também, permita-me a insistência, com outros meios mais eficazes. Uma departamento que trabalhe pela positiva.

Pergunto-lhe: O que esperará um cidadão deste departamento?

É preciso começar exactamente por aqui.

Aceite, Senhor Secretário, mais este contributo para melhorar o funcionamento dos departamentos da sua Secretaria Regional do Ambiente.

Disse. Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente.

Secretário Regional do Ambiente *(Helder Silva):* Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de agradecer ao Sr. Deputado Aires Reis a nota que deixou de congratulação pelo trabalho, pelo esforço, que a Secretaria Regional do Ambiente tem desenvolvido, designadamente na Fajã de Santo Cristo.

Gostaria também de deixar uma nota mais abrangente relativamente ao trabalho que temos desenvolvido e que particularmente os serviços de ambiente têm desenvolvido nesta ilha.

Aliás, neste âmbito, durante as últimas semanas, tive oportunidade, na sequência de algumas notas que foram tornadas públicas relativamente à orla costeira da costa de São Jorge, de prestar alguns esclarecimentos. Faço questão de o voltar a fazer nesta Assembleia.

Gostaria de dizer que durante o último ano e meio, desde que existe Secretaria Regional do Ambiente, foram desenvolvidas diversas acções na orla costeira:

- Reparação do muro na Fajã de São João, algo que merecia uma reparação já há largos anos (não era nem há 1, nem há 2, nem 5, nem provavelmente 10 anos).

— Em Abril de 2001, foi concluída a reparação e protecção da orla costeira da Fajã dos Vimes, algo que também merecia uma intervenção já há muitos anos.

- Também na Fajã dos Vimes – aliás, algo que foi objecto de uma discussão nesta Assembleia, embora por motivos díspares deste que nos traz a abordar esta questão hoje – foi concluído o seu porto. Esta é uma obra que serve para proteger a

orla costeira e tem uma acção muito eficaz relativamente à protecção da orla costeira da Fajã dos Vimes.

- Também foi concluída a obra de reposição do alpeirão da Caldeira de Santo Cristo, também ela ambicionada há muito pelos jorgenses.

Enfim, foi um conjunto de investimentos bastante lato, ao qual eu gostaria também de deixar uma nota relativamente a um, que nos estamos a preparar para fazer muito em breve e que tem também ele a ver com a recuperação de um muro na Fábrica Marie D'Anjou, na Calheta, muro esse que há largos anos também se encontra num estado lastimável e infraescavado.

A Secretaria Regional do Ambiente tem consciência de todos estes problemas e de que o somatório de acções não resolve todos os problemas que existem acumulados ao longo de décadas na costa de São Jorge.

Também tem a consciência de que estamos a fazer um trabalho – e digo com toda a clareza – ímpar na costa de São Jorge, como aliás na costa de muitas outras ilhas, ao que gostaria também de juntar o Plano de Ordenamento da Orla Costeira que temos neste momento adjudicado para a costa de São Jorge, um instrumento fundamental.

O Sr. Deputado referiu aqui questões de infracção. Eu juntaria muitas outras questões na orla costeira, como as construções que têm sido indevidamente feitas.

Nós estamos de olhos abertos.

Quando o Sr. Deputado diz que contavam com os serviços de ambiente para ter uma acção mais sensibilizadora, gostaria de dizer que estamos a sensibilizar, mas também estamos a fiscalizar.

O que nós não podemos é pedir hoje fiscalização e amanhã, quando se age fiscalizando, pedir que se feche os olhos àquilo que são falhas que merecem sanção.

Em São Jorge, nós temos uma edificação que a Secretaria Regional do Ambiente travou, porque ela estava a 14 metros da linha de costa e estava licenciada pela Câmara Municipal das Velas, quando não o poderia fazer. O licenciamento daquela obra carece de um parecer vinculativo da Secretaria Regional do Ambiente.

Nós não podemos permitir que estas construções sejam feitas umas atrás das outras e depois que empurremos a responsabilidade de resolver os problemas que se vão acumulando para as costas para a Secretaria Regional do Ambiente.

Neste momento é tudo o que se me apraz dizer.

Muito obrigado.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): *Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:*

Pedi a palavra para prestar alguns esclarecimentos. Grande parte deles já formam apresentados pelo Sr. Secretário Regional do Ambiente. Todavia, há uma questão que gostaria de esclarecer neste plenário e que tem a ver com uma afirmação que o Sr. Deputado fez a uma determinada altura na sua intervenção, ou seja, que o mar "bateu" há porta de moradias na Calheta.

Bateu, Sr. Deputado. E sabe por que é que bateu?

Em 1980, a então câmara municipal construiu um muro de protecção nessa zona. Na década de 80 e até mesmo na década de 90, ou seja, durante quase 20 anos, o mar não "bateu" à porta dessas pessoas.

O ano passado, ilegal e irresponsavelmente, a edilidade calhetense fez incorrectamente, porque não usou meios técnicos capazes, a construção de um caminho.

O mar quando está do quadrante oeste, vai arrastando entulhes e inertes.

Quando devia ter sido feito um enrocamento com blocos de pedra com determinadas dimensões, foi feito com inertes de pequenas dimensões e isso cria um plano inclinado junto desse muro construído na década de 80 e precisamente por isso o mar acaba por galgar o muro e vai bater à porta das pessoas.

Na minha opinião, e na opinião da maioria das pessoas que estão dentro deste plenário, depois desta explicação, percebe-se perfeitamente que quem tem mais responsabilidades nesta matéria é a Câmara Municipal da Calheta.

Por outro lado, gostaria que o Sr. Deputado, que também é Presidente da Assembleia Municipal da Calheta, tivesse em consideração que a Câmara Municipal da Calheta tem que ser mais colaborante com a Direcção Regional do Ambiente e não se divorciar das suas responsabilidades, porque a Câmara Municipal da Calheta, como

entidade oficial, não devia criar os problemas que cria à Direcção Regional do Ambiente de São Jorge.

Não vale a pena trazê-los para aqui, mas mesmo ao nível da legislação criada pela própria Câmara Municipal da Calheta e pelo Governo Regional ao nível de Decreto Legislativo Regional sobre a protecção das Fajãs de São Jorge, a Câmara Municipal da Calheta não está a respeitá-las, inclusivamente incentiva os particulares a não respeitarem essa legislação.

Sr. Deputado, todos temos que ser mais responsáveis nestas coisas e não podemos fazer demagogia ou política barata em relação a questões que são muito sérias.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

Deputado Aires Reis *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As respostas que foram dadas sobre a orla marítima, preocupam-me um pouco, porque o Sr. Secretário quando fala na reposição do alpeirão da Caldeira de Santo Cristo e quando fala no porto da Fajã dos Vimes, fico com ideia de que a política do Governo, a partir de agora, é feita através de associações, porque foram as associações que tomaram a iniciativa e tiveram o apoio do Governo.

A política do Governo vai passar a ser através de associações? Se assim é, então eu vou criar muitas em São Jorge.

A reparação do muro da Fajã de São João e da Fajã dos Vimes, são trabalhos que foram dados pelo Sr. Secretário como concluídos, mas não estão. Na nossa opinião, essas duas obras não estão concluídas e ainda há muito a fazer nesses dois troços.

Quanto ao plano de ordenamento da orla costeira, eu tenho uma resposta a um requerimento que diz que ele seria feito em 1998, mas já se passaram 4 anos.

Em relação às respostas do Sr. Deputado António Lopes, admiro-me muito... Se não estou em erro, o Sr. Deputado é natural da Calheta e não sabe que a câmara não construiu nenhum caminho naquele sítio. Aquele caminho já existe há mais de 100 anos. Eu não percebo como é que não está devidamente informado.

A Câmara Municipal da Calheta limitou-se apenas a pavimentar aquele troço.

Para terminar, gostava de dizer que, tanto quanto sei, existe uma intenção muito grande da parte das duas autarquias de São Jorge em colaborar com a Direcção Regional do Turismo. Penso que isso já foi manifestado pela Câmara das Velas, como pela Câmara Municipal da Calheta.

A Direcção Regional do Ambiente de São Jorge e a própria secretaria, que eu saiba, nunca pediram qualquer tipo de colaboração às Câmaras.

Penso que tem que ser a Secretaria do Ambiente a coordenar os trabalhos que devem ser feitos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente.

Secretário Regional do Ambiente *(Helder Silva):* Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de começar por expressar alguma admiração pela preocupação que foi aqui expressada pelo Sr. Deputado. Penso, muito sinceramente – pelo menos é isso que nós procuramos cultivar – que devemos trabalhar em parceria com as associações. Aliás, tenho-o dito, não o escondi e está escrito em vários documentos, inclusivamente nalguns que foram lidos nesta Casa. Se o Sr. Deputado procurar, provavelmente vai encontrar em intervenções que na altura não mereceram qualquer observação.

Nós temos agido em conformidade com aquilo que temos dito.

Trabalhos em colaboração com as associações que têm capacidade para, connosco, contribuir para a resolução de problemas.

Fizemo-lo na Fajã dos Vimes, em Santo Cristo e vamos continuar a fazê-lo quando for necessário.

Noutros casos, como é o caso da Fajã de São João, a obra da Calheta e outras intervenções, trabalhamos directamente com empresas. Não privilegiamos nenhuma forma de resolver problemas relativamente à outra. Aliás, devo dizer ao Sr. Deputado, na sequência das suas últimas palavras, que temos também procurado em colaboração com as câmaras municipais.

Numa das primeiras visitas que fiz à ilha, na qualidade de Secretário Regional, tive oportunidade de visitar a Calheta e de reunir com o Presidente da Câmara, como fiz nas Velas e fi-lo por toda a Região, com todos os Presidentes de Câmara.

Nessa altura, tive a oportunidade de ter uma conversa com o Sr. Presidente de Câmara de então, a quem expressei a minha vontade de ver a Fajã de Santo Cristo limpa.

Coloquei a questão muito objectivamente ao Sr. Presidente da Câmara da seguinte forma:

- O Sr. Presidente tenciona contribuir e resolver o problema dos lixos na Fajã de Santo Cristo ou não? Diga-me com toda a clareza para que eu, em função da sua resposta, possa ou não colmatar as falhas que são sentidas pela Câmara Municipal.

A resposta que obtive foi muito franca e amável por parte do Sr. Presidente da Câmara:

- Sr. Secretário, não se preocupe, porque isso foi objecto de uma decisão na Câmara Municipal.

A própria Assembleia Municipal decidiu resolver o problema dos resíduos abandonados da Fajã de Santo Cristo.

Nós esperámos. A minha paciência tem limites. Naturalmente esperei uns meses e ao fim de uns meses não vendo o problema resolvido fiz aquilo que achei que devia fazer como forma de salvaguardar uma área que é muito relevante do ponto de vista ambiental, isto é, eu próprio encontrei os parceiros certos, nomeadamente associações, para resolver o problema ambiental de Santo Cristo.

Fico muito feliz por ver o reconhecimento do esforço que fizemos nesta Casa.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): *Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:*

Mais um pequeno esclarecimento.

Por viver na Calheta há mais de 40 anos, informo o Sr. Deputado Aires Reis que muito recentemente mudou de residência e agora é que está a morar na Calheta, que

já há 40 anos passava por esses sítios. O que existiu até ao ano passado era um trilho que não tinha mais do que 50 cm de largura por cima dos calhaus, nem tão pouco tinha pavimento.

Agora, a Câmara Municipal – e isso é uma verdade e posso testemunhar isso quando quiser e onde quiser – construiu um caminho, porque alargou para 5 ou 6 metros a plataforma, fez uma fundação de inertes de pequena granometria, o que faz com que o mar os arraste e tanto assim é que o caminho está a ficar destruído. Alguém pode perdoar essas maldades, mas a natureza não perdoa.

Sobre esta matéria acho que estamos esclarecidos.

Quanto ao porto da Fajã dos Vimes, de facto, foi a Associação dos Amigos que fez aquele porto e sabe porquê, Sr. Deputado? Porque o PSD há mais de 20 anos prometeu a construção daquele porto, só que nunca teve capacidade para o fazer.

A Câmara Municipal da Calheta, como autarquia, também podia-se ter envolvido nesse assunto, mas nunca manifestou interesse. A população chegou à conclusão de que para resolver os seus problemas tinha que se mobilizar. Mobilizou-se, constituiu uma associação, fez um protocolo com o Governo Regional e o porto lá está para os senhores verem.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

Deputado Aires Reis *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação ao que foi dito pelo Sr. Secretário, gostaria de dizer que a minha preocupação não é naturalmente a Secretaria do Ambiente fazer um protocolo com qualquer associação para proceder à limpeza da Caldeira de Santo Cristo. Aliás, acho que é uma boa ideia. De resto, a limpeza foi feita muitas vezes pela Câmara da Calheta e a Caldeira ficou limpa. Se o Sr. Secretário não tem essa informação, volto

a dizer que é melhor os serviços de ambiente de São Jorge fornecerem-lhe uma informação mais concreta, porque durante muitos anos a Câmara limpou a Caldeira em protocolo celebrado com os escuteiros e com outras associações.

Quanto à colaboração solicitada pelo Sr. Secretário à Câmara Municipal, é verdade. O senhor passou pela Ilha de São Jorge, pediu colaboração às duas câmaras, as quais manifestaram essa disponibilidade e colaboração, mas até a este momento continuam à espera.

Quando a Secretaria precisar da colaboração das câmaras, qualquer uma delas aguarda o seu contacto.

Gostaria de dizer ao Sr. Deputado António Lopes que ele está a tentar pôr as coisas de uma outra forma, mas não está correcto, porque o caminho de que eu estou a falar, o caminho onde o mar saltou e "bateu" à porta das pessoas, é um caminho com vários metros de largura que já está construído há mais de 100 anos.

O Sr. Deputado está a tentar desviar as atenções para um outro caminho que não tem nada a ver com esse. Gostava que isso ficasse bem esclarecido.

Não me parece muito correcto o senhor estar a dizer que a câmara não se envolveu na construção do porto da Fajã dos Vimes, porque a câmara apoiou dentro das suas possibilidades, e apoiou bastante, a construção daquele porto. Sempre foi nossa intenção e colaborámos.

Devo-lhe dizer Sr. Deputado, que na altura eu era vereador por isso informo que o senhor, que é Presidente da Associação dos Amigos da Fajã dos Vimes, nunca pediu colaboração à câmara senão há muito pouco tempo. A câmara podia ter colaborado muito mais.

Quando alguns colegas seus da Associação dos Amigos da Fajã dos Vimes souberam que o senhor não tinha pedido apoio à câmara ficaram indignados.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao falarmos de ambiente, e felizmente estamos todos mais sensibilizados para esta matéria, há algumas questões importantes que é preciso termos em consideração, embora não desmereçam as questões pontuais e mais de pormenor que se passam nalguns sítios.

Em relação a esta matéria devo dizer que espanta-me, por vezes – e era aqui que gostaria de ter um esclarecimento por parte do Sr. Secretário – que para algumas obras, para alguns projectos, sejam exigidos tantos estudos de impacto ambiental e para outras que se fazem, até com apoios do Governo, segundo parece, não precisam passar por esse processo de análise.

Por outro lado, espanta-me também que, após alguns actos eleitorais ocorridos, onde mais ou menos é natural haver estas afirmações de quem está no poder, tenha sido afirmado que os agricultores iriam deixar de ser perseguidos por causa do corte da urze. Foi um responsável do Partido Socialista que o disse. Isto afecta essencialmente a Ilha do Pico e algumas ilhas aqui à vota.

O que é certo é que os agricultores continuam a ser perseguidos por causa do corte de uma infestante.

Certamente, o Sr. Secretário irá dizer-me que há aqui compromissos legais, compromissos internacionais. Eu sei, mas já antes dessa promessa de deixarem de ser perseguidos, havia esses compromissos.

Ainda há poucos dias mais um agricultor foi multado, porque cortou uns paus de urze numa determinada zona da Ilha do Pico.

Por outro lado, a Secretário – o Governo Regional – com toda esta preocupação nestas minudências, não se preocupa em cumprir com os prazos legais para dar os pareceres que as autarquias pedem para poderem fazer os licenciamentos. Isto é grave, porque põe as autarquias confrontadas com os munícipes sem lhes poder dar uma resposta. Alguns deles podem levantar o processo de aprovação tácita.

Devo dizer, Sr. Secretário – não sei se sabe! – que há inclusivamente alguns pareceres que têm cerca de um ano de atraso relativamente ao que foi pedido pelas câmaras.

Presidente: Antes de dar a palavra ao Sr. Secretário, gostaria de dizer que nós começamos a derivar a partir deste momento para outros assuntos. Estávamos a falar de São Jorge, concretamente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Estamos a falar de ambiente!

Presidente: Tenham calma, Srs. Deputados.

Embora seja de ambiente, isto pode permitir falar de ambiente a nível nacional ou mundial.

Eu acho que tem que haver aqui algum equilíbrio senão começamos a derivar para outras questões.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente.

Secretário Regional do Ambiente *(Helder Silva):* Obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Duarte Freitas:

Em primeiro, em relação aos estudos de impacto ambiental, gostaria de dizer que a Secretaria Regional do Ambiente tem garantido o estrito cumprimento da legislação em vigor, em matéria de estudos de impacto ambiental.

O Sr. Deputado talvez não tenha consciência de que existe legislação recente, designadamente de 2000, que tem um conjunto de exigências em função da dimensão e da natureza do projecto em causa, mas que obriga à realização de estudos de impacto ambiental.

Os meus colegas podem comprovar a forma como nós temos sido exigentes no cumprimento por parte do Governo e no respeito daquilo que é a legislação em vigor.

Em relação a isso e em relação a outras questões que foram aqui levantadas eu gostaria de dizer que quando eu não gosto de uma lei, quando discordo dela, procuro alterá-la directamente, quando o posso fazer, junto das instâncias nacionais e comunitárias quando acho que o devo fazer.

Trata-se de matéria legal, de lei escrita, como aliás é de matéria legal que se trata quando se fala nas urzes, um assunto tão falado.

As urzes são espécies classificadas. Não foi este Governo que permitiu a classificação das urzes a nível internacional.

Não se pode pretender que hoje se classifique uma espécie e se a proteja e amanhã permita-se que a espécie possa ser cortada de qualquer forma.

De qualquer modo, importa realçar que a Secretaria Regional do Ambiente não tem perseguido nenhum agricultor. A Secretaria Regional do Ambiente tem-se limitado a não permitir o abate de urzes em terrenos agrícolas, quando se tratam de terrenos inclusos em áreas classificadas.

Se nós queremos classificar uma área como um sítio de interesse comunitário ou outro, ou classificar uma área como área de paisagem protegida da vinha do Pico, no âmbito da proposta recente à UNESCO, temos que ser coerentes com o trabalho que fazemos.

Este Governo, esta Secretaria Regional será sempre coerente com aquilo que faz.

Quando este Governo, esta Secretaria, este Secretário se propõem proteger uma espécie, protegem-na. Quando não concordam com isso procuram alterar a lei.

Os Srs. Deputados discordam da classificação a nível internacional da urze?

Se discordam, nós podemos propor aqui uma alteração da classificação da espécie. Agora, não podemos pretender tudo, pretender a classificação das espécies, pretender a classificação dos sítios e pretender tudo o que se possa fazer nessas mesmas áreas.

Aliás, na linha da intervenção anteriormente feita pelo Sr. Deputado Aires Reis, relativamente à saibreira na zona do Topo, aquela área é classificada.

Há anos atrás, nós pretendemos classificar esta área como área a proteger, agora passados não sei quantos anos pretendemos que se extraia saibre desta mesma área.

Que coerência é que pode existir neste nosso discurso e neste nosso trabalho.

Temos que ser coerentes, o Governo e os Srs. Deputados, nesta Casa.

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Chamo a atenção do plenário que já estamos no debate sobre a urze. Daqui a pouco já estamos a debater a camada de ozono.

Recordo que estávamos a debater a intervenção do Sr. Deputado Aires Reis.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): *Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:*

Apenas para prestar mais um esclarecimento relativamente ao que foi dito pelo Sr. Deputado Aires Reis.

Quanto ao caminho, estamos entendidos. Houve uma continuação do caminho e essa continuação foi feita há 1 ano. Isso é que fez com que o mar galgasse a muralha e "batesse" à porta das pessoas – expressão usada pelo Sr. Deputado Aires Reis.

Quanto à questão da Associação dos Amigos da Fajã dos Vimes e o apoio da Câmara, Sr. Deputado, gostaria de dizer que esse apoio compreendeu 700 sacos de cimento. Esses 700 sacos de cimento foi o suficiente para os senhores tirarem a fotografia ao porto para poderem dizer que estavam a apoiar o porto da Fajã dos Vimes.

O Sr. Deputado mentiu, faltou à verdade neste plenário e os seus colegas sabem disso, porque em determinada altura esse assunto veio à Assembleia e eu próprio disse que depois de algumas insistências junto da Câmara Municipal da Calheta, nunca tínhamos tido resposta relativamente a um eventual apoio da Câmara Municipal.

O Sr. Deputado disse que tinha mandado o projecto para a Consulmar a fim de obter um parecer. Era esta a vontade que os senhores tinham em apoiar.

Os senhores enviaram o projecto para pedir parecer quando sabiam que ele tinha sido aprovado pela entidade competente – a Secretaria Regional do Ambiente, através da Direcção Regional do Ornamento e Recursos Hídricos – e quando souberam quem era o autor do projecto.

O Sr. Deputado faltou à verdade, porque quando os corpos gerentes da Associação dos Amigos da Fajã dos Vimes tomaram posse, a primeira coisa que fizeram foi

pedir uma audiência ao Sr. Presidente da Câmara. Toda a direcção foi apresentar cumprimentos ao Sr. Presidente e pedir-lhe ajuda para o porto.

Posteriormente, nós enviámos imensos ofícios à Câmara Municipal da Calheta, os quais nunca tivemos uma resposta.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Seca, que é do PSD, sabendo dessa situação e sendo presidente da junta de freguesia onde se pretendia construir esse porto, enviou-me um ofício a solicitar a correspondência que eu tinha remetido à Câmara Municipal da Calheta para saber quem é que estava a faltar à verdade neste processo.

Eu enviei um ofício ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Seca anexando fotocópias de todos os ofícios que tinha remetido para a Câmara Municipal da Calheta sem resposta.

É com muito gosto que vou remeter ao Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores fotocópia desses ofícios para qualquer um dos Srs. Deputados poder consultar.

Eu já fiz mais de meia dúzia de ofícios à Câmara Municipal da Calheta a pedir a cedência de um imóvel, uma antiga escola primária que já está em acentuado estado de degradação, porque depois da sua construção nunca mais teve uma intervenção ao nível da conservação. Falo da Escola da Fajã dos Vimes.

O primeiro ofício tem mais de dois anos e até hoje não tive nenhuma resposta.

Quem é que está a bloquear esta questão de bom relacionamento entre a Associação dos Amigos da Fajã dos Vimes e a Câmara Municipal?

Digo-lhe mais.

Presidente: O Sr. Deputado diga mais, mas conclua o seu raciocínio, por favor.

O Orador: Quis-me parecer pela informação que me deu que alguns sócios desconhecem essa documentação. Para mim, essa informação é muito valiosa, porque vou remeter a todos os sócios daquela instituição – os corpos gerentes conhecem o bloqueio da Câmara da Calheta em relação à Associação – toda a correspondência para ficarem a perceber o que é que os senhores fazem relativamente a essa associação.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Coloquei uma questão ao Sr. Secretário do Ambiene, mais próxima ou menos próxima do assunto que estávamos a debater, e a mesma mereceu uma resposta parcelar do Sr. Secretário.

Gostava de saber concretamente, da parte do Sr. Secretário, que medidas é que vai tomar para que os pareceres da Secretaria Regional do Ambiente, devidos às Câmaras Municipais possam chegar mais atempadamente.

A partir do momento em que foi criada a Secretaria Regional do Ambiente, deixando esta de fazer parte da Secretaria da Agricultura, e o Sr. Secretário Ricardo Rodrigues tomou posse, em vez de acelerar os processos de parecer, eles ficaram muito mais atrasados. Inclusivamente, passou um chefe de gabinete a dar os pareceres e ficámos sem saber se eram pareceres técnicos ou se eram políticos.

Esses atrasos continuam neste momento com graves prejuízos para os cidadãos que querem fazer obras, com graves prejuízos para as câmaras que ficam muitas vezes com o ónus do assunto não ficar resolvido.

Sr. Secretário, que medidas é que vai tomar para que este assunto seja resolvido?

A partir de quando é que o senhor estima que estes processos sejam respondidos em tempo útil, isto é, naquele tempo que a legislação prevê?

Para concluir: protecção das espécies.

Coerência, Sr. Secretário? Coerência é não ser apenas em véspera de eleições o responsável político do Partido Socialista dizer que vão deixar de perseguir os agricultores por causa da urze.

Se podem deixar de perseguir nessa altura, podiam ter deixado antes ou depois. Se diz que vão deixar de perseguir, é porque já perseguiram, Sr. Secretário. A coerência está aqui.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Se o senhor nega essa evidência do responsável político do PS de se deixar de perseguir os agricultores, e diz que é preciso fazer alguma alteração, nós estamos disponíveis para ponderá-la, porque entendemos que os agricultores não devem ser penalizados pelo corte da urze.

Faço lembrar que em termos de sítios, praticamente todo o planalto do Pico está considerado a esse nível e é aí que se situa uma grande parte das pastagens agrícolas da Ilha do Pico, o que provoca graves prejuízos aos agricultores do Pico.

Se esta situação não for resolvida através do bom sendo, o PSD vai ponderar alguma iniciativa para que seja resolvida.

Deputados José Manuel Bolieiro e Mark Marques *(PSD): Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente.

Secretário Regional do Ambiente *(Helder Silva):* Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu tenho consciência daquilo que é a dimensão da minha Secretaria Regional. Também tenho consciência daquilo que são algumas lacunas que tenho na minha secretaria, mas estamos a procurar colmatá-las, estamos a procurar reforçar os recursos humanos da Secretaria Regional, sendo certo que em paralelo o volume de situações tende a aumentar como tem aumentado ao longo dos anos.

Mas há aqui uma questão que eu não posso deixar de referir. Nestas coisas de atrasos, com o esforço todo que a minha casa tem feito no sentido de procurar responder atempadamente às questões que nos são levantadas, há uma questão que quero pôr aqui com toda a clareza .

Eu gosto muito de objectividade e agradeço que todos os senhores deputados desta Casa sempre que tenham conhecimento de algum atraso específico que o digam.

Há dois meses atrás houve uma instituição do Pico que me chamou a atenção, com um grande grau de seriedade e de hombridade, para um atraso de uma resposta da Secretaria Regional do Ambiente.

Eu fui investigar, pedi mais elementos e os mesmos foram-me fornecidos. Fui procurar desvendar o fio à meada.

Tratava-se de um obra onde foi pedida licença à Câmara. A Câmara, por sua vez, pediu autorização da Secretaria Regional do Ambiente e para surpresa minha a Secretaria Regional do Ambiente já tinha dado parecer há um mês ou dois meses.

Então o que é que se passou?

O parecer que nós tínhamos dado, talvez por não ser um parecer menos conveniente devido ao momento, não foi veiculado através da Câmara Municipal e não foi transmitido ao requerente.

É por isso que digo que é importante que sempre que saibam de alguma coisa, coloquem-na com clareza e objectividade (assunto; requerente; data; foi apresentado um pedido; não tem resposta).

O processo não é directo. O atraso tanto pode estar na Secretaria Regional do Ambiente como pode estar na Câmara Municipal.

Eu não tenho razões para estar a duvidar das Câmaras Municipais, mas não vejo razões para que os Srs. Deputados duvidem da minha Secretaria e não duvidem da Câmara Municipal.

Penso que nesta matéria estamos em pé de igualdade. Não pretendo que haja aqui uma postura de discriminação positiva relativamente à minha Secretaria, mas pelo menos em pé de igualdade.

Deputado José Manuel Bolieiro *(PSD):* Nós estamos aqui para fiscalizar o Governo!

O Orador: O processo não é directo e tem um outro agente pelo meio, neste caso, a Câmara Municipal.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este debate está a prolongar-se um pouco, mas o Sr. Secretário respondeu apenas a metade das minhas perguntas. Desta vez respondeu à parte dos pareceres.

Devo dizer, Sr. Secretário, que tenho conhecimento pessoal de vários casos de atraso da sua Secretaria e penso que o senhor sabe bem que, como disse, desde que foi separado o Ambiente da Agricultura e desde que o Sr. Secretário Regional Ricardo Rodrigues assumiu a pasta do Ambiente, ficando parte do corpo em São Miguel e outra parte no Faial, a partir desse momento os atrasos aceleraram extraordinariamente.

Penso que o Sr. Secretário sabe bem – pode ter feito algum esforço, pode até estar a diminuir alguns atrasos – que continua a haver imensos atrasos nesses pareceres com elevados prejuízos para os munícipes e para as Câmaras Municipais.

Eu não vou estar aqui a documentar, mas o senhor sabe que quando recebe um determinado documento a pedir parecer, sabe que tem um prazo para o dar.

O senhor verifique nesses pareceres ou peça a alguém para verificar quantos deles é que estão em dia e no próximo plenário diga-me. Aí nós já vamos esclarecer. Essas informações o senhor pode recolher no seu próprio gabinete.

Em relação à urze, gostaria de saber a sua resposta para saber que tipo de iniciativa o PSD tomará ou não.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente.

Secretário Regional do Ambiente *(Helder Silva):* Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Qualquer deputado nesta Casa pode propor aquilo que achar mais conveniente em matéria legislativa. Nalguns casos até têm mais competência do que o próprio

Governo. Pode propor sempre que entender e achar conveniente, mas julgo que deve haver um mínimo de sentido e coerência naquilo que é a linha legislativa que vem sendo desenvolvida.

Os sítios de interesse comunitário – referia-se concretamente à questão dos sítios – foram propostos à Comissão Europeia.

Há um mês e meio foi publicada a lista dos sítios de interesse comunitário dos Açores, Madeira e Canárias, em directiva.

A mim não me parece razoável que depois de um esforço, de um trabalho desenvolvido por este Governo e pelo anterior, no sentido de levar à classificação todos estes sítios, depois da apresentação e publicação desta lista, hoje se venha propor que a mesma seja alterada imediatamente.

Tenho que dizer com toda a sinceridade que prezo muito a imagem do trabalho que faço e do trabalho feito pela minha casa e não pretendo, como tem sido dito aqui relativamente a outras situações, dar um aspecto ziguezagueante naquilo que é a actuação da Secretaria do Ambiente. Não peço hoje uma coisa para amanhã pedir o contrário.

Naquilo que são leis, naquilo que são classificações com largos anos, que nalguns casos até mesmo foram propostas pelo Governo do PSD, se acharem que é necessário ser alterado, naturalmente que nós vamos considerar essas situações. Agora, o limite é o mínimo de razoabilidade que tem que haver nos timings para apresentação de qualquer alteração.

Neste caso específico, sítio de interesse comunitário, publicado há mês e meio numa directiva comunitária, o Sr. Deputado desculpar-me-á, mas neste específico a Secretaria Regional do Ambiente não está disponível para de imediato ir junto da Comissão Europeia pedir uma alteração da lista de sítios comunitários, mas penso que nesta matéria os Srs. Deputados poderão fazer directamente.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para terminar, em relação à urze e aos sítios, nós entendemos que ou aquilo que o responsável político do Partido Socialista prometeu em alguns actos eleitorais atrás é cumprido, ou então nós vamos propor a retirada da urze dessas protecções.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

Deputado Aires Reis *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente que gostaria de responder a algumas questões colocadas pelo Sr. Deputado António Lopes.

A Câmara apoiou com 700 sacos de cimento e colocou uma fotografia no seu boletim municipal, o que costuma fazer quando apoia as instituições.

Deputado António Gomes *(PS):* Em campanha!

O Orador: Não senhor.

Se a Câmara tivesse feito portos durante o seu mandato, de certeza que isso lhe tinha sido reconhecido no acto eleitoral.

Mas devo-lhe dizer que a Câmara Municipal da Calheta não apoia o porto da Fajã dos Vimes só por causa de tirar uma fotografia ou por causa da campanha. A Câmara não faz aquilo que, por exemplo, as obras públicas fez em 98, ou seja, abrigos de passageiros que já tinham 30 anos, pintaram-nos e colocaram "Secretaria Regional da Habitação – 1998". Isto está errado.

Deputados Luís Medeiros e Joaquim Machado *(PSD): Muito bem!*

O Orador: Em relação ao pedido de apoio feito à Câmara, nós não vamos discutir isso aqui, mas deixe-me dizer que a Associação dos Amigos da Fajã dos Vimes realmente fez um pedido de apoio à Câmara...

Deputado António Gomes *(PS):* Quantos pedidos fez?

O Orador: ... e teve a resposta da edilidade que se disponibilizou para apoiar sempre dentro das suas possibilidades.

Entretanto, enviou o projecto para parecer.

Deputado António Gomes *(PS):* Então houve pedidos!

O Orador: De facto, houve um pedido de apoio, mas quando a Câmara respondeu que apoiava dentro das suas disponibilidades e que sempre que precisassem de apoio dirigissem-se à Câmara, nunca mais o senhor aparecer na Câmara para pedir apoio. É sinal de que não precisou.

Mesmo assim, deixe-me dizer-lhe que a Câmara não apoiou só com cimento. O senhor é que faltou à verdade.

A Câmara também apoiou com as suas máquinas, autobetoneira, com os camiões e fez o transporte de todos os materiais. Portanto, não se limitou apenas ao cimento.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): *Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:*

Quero pedir desculpa ao plenário, porque não quero alimentar esta polémica por mais tempo. Os papéis vão chegar aqui.

É oportuno dizer-se que relativamente à questão da Secretaria da Habitação e Equipamentos, o Sr. Deputado sabe muito bem o quanto tem sido feito por aquela secretaria em São Jorge ao nível da reabilitação de estradas regionais, coisa que os senhores nunca fizeram enquanto lá estiveram.

Quanto aos ofícios, eles serão entregues nesta Assembleia. Fizemos vários pedidos a solicitar ajuda, porque na prática não se verificava nada, mas antes dos ofícios darem entrada nesta Casa, eu vou entregar-lhos pessoalmente, porque provavelmente o Sr. Deputado não tem muito tempo para ver a correspondência. Eu não percebo como é que isso não lhe passou pelas mãos, porque foi vereador até há bem pouco tempo e os ofícios foram entregues enquanto exerceu essa função.

O Sr. Deputado não está por dentro dos assuntos nem aqui dentro nem lá fora onde exerce outras funções públicas e onde devia dar resposta em prol dos seus eleitores e dos munícipes do concelho da Calheta.

Relativamente ao apoio, é verdade que deu apoio duas ou três vezes com uma betoneira, mas nos momentos oportunos nós tivemos que ir alugar equipamentos, porque o senhores andavam em campanha eleitoral utilizando o equipamento para desenrascar uns e outros, pavimentando ruas de casas e acessos à habitação.

Sr. Deputado, nós tivemos a betoneira a trabalhar lá aos fins de semana, porque era só nessa altura que os senhores dispensavam-na e pagávamos aos operadores.

Os camiões também fizeram transportes de inertes, mas não foram tantos como isso. Fizeram apenas alguns, mas pagámos ao operador para ele ir trabalhar fora de horas.

Isso evidencia bem a grande vontade que a Câmara Municipal tinha em colaborar nessa obra.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

Deputado Aires Reis *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para acabar com esta polémica deixem-me apenas dizer que, de facto, na política, há ingratidão e essa é a prova. O Sr. Deputado que é Presidente da Associação dos Amigos da Fajã dos Vimes está a ser ingrato.

Não faz sentido que o senhor se dirija dessa forma, porque não só não fez os ofícios que diz que fez, como também chegou a passar ao lado do Presidente da Câmara tal como eu estou ao lado do meu colega João Cunha e o senhor não lhe pediu qualquer tipo de apoio.

Foi preciso as pessoas que residem na Fajã dos Vimes telefonarem para a Câmara a solicitar apoio.

Há motivos para isto? Só se forem políticos meu amigo!

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo de 30 minutos neste momento, porque tenho um compromisso.

(Eram 17 horas e 15 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 18 horas)

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão *(PCP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Imagine qualquer um de nós que, por morte de familiares, herdámos vinte e um prédios, todos eles rústicos e não registados na Conservatória do Registo Predial competente. Suponhamos que a área total desses prédios é de 202,69 ares, cerca de 21 alqueires, situação normal nesta Região, na qual predomina a pequena propriedade. Tenhamos como certa a necessidade de proceder à partilha dos bens enunciados.

Pois bem: pagaríamos cerca de 694 euros pela certidão da Conservatória, aproximadamente 1490 euros pela escritura e perto de 2133 euros pelo registo, num total de 4317 euros, o que equivale a 865 mil escudos.

Assim é desde 1 de Janeiro do ano corrente, com a entrada em vigor do DL nº 322–A/2001 de 14 de Dezembro, que aprovou o Regulamento Emolumentar dos Registos e Notariado.

Vale a pena comparar o actual regime com o que vigorou até 31 de Dezembro de 2001. Exactamente na situação descrita – 21 prédios, com áreas distintas, mas com área total de 21 alqueires, o que dá uma média de 1 alqueire por prédio – pagaríamos, antes do final do ano passado: 1.000 escudos pela certidão da Conservatória, 120.000 escudos pela escritura e 30.700 escudos pelo registo, num total de 160.700 escudos. Isto é: esta partilha, efectuada em 2002, custa mais 705.000 escudos do que custaria em finais do ano passado (cinco vezes mais do que até ao passado mês de Dezembro).

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Preferi recorrer à vossa imaginação, num exemplo aparentemente teórico que poderia acontecer com qualquer um de nós. Mas o caso relatado aconteceu mesmo, e continua a acontecer às dezenas nas diversas ilhas dos Açores.

Importa por tal esclarecer qual a grande diferença entre o regime que vigorava o ano passado e o regime actualmente em vigor. Até final de 2001, os actos eram tabelados em função do valor. Quanto mais caro fosse o acto (preço, na compra e venda, valor dos prédios, na partilha, etc), mais caro era o custo total. Mas se o valor dos prédios fosse pequeno, como acontece no exemplo relatado, os cidadãos pagavam pouco.

Desde Janeiro de 2002, os emolumentos têm valor fixo, independentemente do valor do acto. Por exemplo, a compra e venda custa sempre o mesmo, seja qual for o preço contratado entre as partes. Só que, se forem muitos os prédios a vender ou partilhar, o custo total vai sempre crescendo, já que, por cada prédio, paga-se mais. Ora se esta diferença não se reflecte nas Tabelas do Cartório, excepto nos casos de doação ou partilha, em que se paga por prédio, já no Registo Predial se reflecte em tudo. Assim, para obter uma simples certidão paga-se Ä 27 e por prédio mais Ä 27 cada um. Nos actos de registo volta a repetir-se a mesma situação.

Por todo o exposto, será que deveremos concluir que as novas Tabelas não originam qualquer benefício para os cidadãos, os quais pagarão sempre mais caro do que pagavam o ano passado? Certamente que não. Obviamente que há actos que ficam mais baratos, e não deixa de ser certo que quem compra grandes e valiosas propriedades paga menos.

Mas, numa Região como os Açores, onde a propriedade é em geral pequena e a maioria das pessoas proprietária de pequenas parcelas de terreno, os cidadãos pagam muito mais para registarem os seus terrenos do que pagavam com a aplicação das tabelas anteriores, ainda mais quando não está em causa apenas o custo do próprio registo, mas a quantidade de certidões que aquele acto muitas vezes envolve (certidões de nascimento, casamento, divórcio, óbito, etc). Daí os protestos que têm surgido, em grau crescente, por todas as nossas ilhas. Mas não é uma situação única, no País. Protestos igualmente já houve noutras regiões, nas quais predomina o minifúndio, como é exemplo o acontecido em Braga. Por tal é possível concluir que o legislador nacional, neste caso o Governo da República, não teve em devida conta as especificidades próprias de algumas zonas do País, com particular destaque para a Região Autónoma dos Açores, na qual, para além da pequenez geral da propriedade, esta está dividida por várias ilhas e até dentro de cada ilha, em relação a cada proprietário.

A situação descrita é tanto mais grave quanto, no folheto propagandístico distribuído pelo Ministério da Justiça do Governo da República, se pode ler, e cito "Agora, quando fizer planos para a sua vida, por mais contas que faça, fica sempre a ganhar. Faça as contas e compare. Vai ver que fica sempre a ganhar". A verdade, no entanto, é que centenas de açorianos têm feito contas e verificado que, em muitos casos, ficam sempre a perder, a maior parte das vezes oito a dez vezes mais relativamente ao regime de tabelas anterior.

Poderemos estar perante uma adulteração intencional das características do produto, como acontece muitas vezes com as técnicas de publicidade. Ou poderá tratar-se apenas da tradicional inabilidade deste Governo da República, quando na necessidade de fazer contas – são conhecidas as dificuldades do actual Ministro das

Finanças na conversão de escudos para euros e do próprio 1º Ministro em matéria de cálculo do PIB, tragédia que poderá ter contagiado agora o Ministro da Justiça.

Seja qual for o caso, impõe-se desde já a retirada dos Serviços competentes destes folhetos, que não estão conforme à realidade. Mas impõe-se, sobretudo, a revisão do DL nº 322–A /2001 ou a sua adaptação à nossa realidade específica, para o que o Governo da República ou esta Assembleia sempre poderão contar com o esforço empenhado e cooperante do Grupo Parlamentar do PCP. Para que os açorianos não continuem a pagar fortunas para, em muitos casos, aceder legalmente àquilo que é seu por direito.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD e do Deputado José Decq Mota *(PCP): Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas. Dispõe de 3 minutos.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas *(Ricardo Rodrigues):* Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Espero não utilizar os 3 minutos.

A intervenção do Sr. Deputado Paulo Valadão é pertinente. No entanto, queria tecer algumas considerações.

Na verdade há casos que confirmam a regra e há regras que têm excepções. O caso que citou, naturalmente que é paradigmático.

Quando se fazem leis é para terem um âmbito de aplicação genérico e dirigido a todos os cidadãos.

O particular de 21 prédios todos eles com um alqueire de terra que perfazem 20 alqueires, é um caso que acontece com alguma frequência, principalmente nas ilhas mais pequenas.

No caso concreto, é evidente que fazer extrapolações de uma lei que é geral, abstracta por princípio, por natureza e por definição, para um caso concreto, pode desvirtuar a intenção do legislador.

Aquilo que se sabe sobre essa matéria é que o resultado da aplicação prática dessa lei, levaria a uma diminuição por parte dos contribuintes para pagamento de emolumentos relativamente a registos e a notariados.

É natural que em algumas situações concretas, como o caso que citou, em particular, as pessoas possam ter que pagar mais. É uma situação que pode vir a ser corrigida, pode ter até uma iniciativa legislativa, se é que se verifica alguma condição específica dos Açores relativamente a essa matéria de divisão do território. O Norte do país também tem algumas características como a nossa, só no Alentejo é que há algumas divergências.

Não sei se estaria em causa o interesse específico da Região ou não, agora não é legítimo de um caso concreto extrapolar para uma lei que é genérica e abstracta. Convém verificar se a regra se confirma, ou seja, se os contribuintes portugueses pagam na generalidade menos dinheiro do que pagavam em virtude de actos de registos, quer civis quer notariais. Era isso que importava saber e não o caso concreto que tendo toda a legitimidade, toda a pertinência, naturalmente não pode figurar aquilo que é a regra e a intenção do legislador nessa matéria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão *(PCP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário da Agricultura e Pescas:

Eu agradeço a sua opinião, porque permite-me esclarecer, afirmando categoricamente que o caso que apresentei podia multiplicá-lo por dezenas e dezenas deles que se passam nesta Região Autónoma.

Efectivamente, a regra desta Região, talvez à excepção da Ilha de São Miguel, é que a pequena propriedade predomina em muitas ilhas.

No caso do Corvo e das Flores existe a pequeníssima propriedade onde a mesma está subdividida e onde há em qualquer família um agregado enormíssimo de números matriciais que até aqui era pago em função do seu valor real que era muito pequeno e continua a ser e que hoje é pago em função do número de matrizes existentes ou do número de certidões que se pedem.

Posso afirmar categoricamente que a regra geral na Região Autónoma dos Açores é que com a aplicação desta lei quem está a ser prejudicado são os cidadãos e estão a ser altamente prejudicados ao ponto de – podia ter citado, mas não citei – um caso que eu conheço pessoalmente em que por morte de um familiar, os diversos familiares pura e simplesmente não vão fazer escritura de partilhas, não vão legalizar terrenos, porque a escritura de partilhas e a legalização da sua pequena propriedade, multiplicada por uma série de números matriciais, é de um valor pago ao Estado superior ao próprio valor dos bens a partilhar.

Isto quer dizer que estão a ser altamente prejudicadas as pessoas, concretamente os proprietários da pequena propriedade da Região Autónoma dos Açores.

Aliás, há dias um jornal da Região dizia que esta lei iria beneficiar aqueles que iriam passar a comprar palácios. Efectivamente se comprarem um palácio vão pagar o mesmo que qualquer um de nós ou qualquer cidadão ou agricultor desta Região vai pagar por comprar um habitação que valerá dois ou três mil contos.

Esses, no fundo, serão uma minoria insignificante em termos de número nesta Região Autónoma dos Açores, em relação à grande massa dos cidadãos em que isto se passa e são prejudicados.

Penso que estão criadas condições para que este assunto possa ser aprofundado e se nós temos uma autonomia político-administrativa capaz de alterar legislação, capaz de adaptar legislação, temos um caso concreto onde é bem provável que esta Assembleia tenha que pensar seriamente na adaptação desta legislação ou na criação de legislação própria em função das especificidades da Região.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas *(Ricardo Rodrigues):* Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Já há pouco o meu colega do Ambiente disse que a iniciativa legislativa é dos Srs. Deputados e do Governo Regional. Penso que nessa matéria ninguém tem dúvidas sobre isso. Aquilo que se poderá discutir é se se trata de uma questão de interesse específico da Região ou não.

Como lhe acabei de dizer, a divisão da propriedade no Continente não se faz toda a mesma forma. O Norte não é igual ao Alentejo, portanto, não sei se não estaríamos em igualdade de circunstâncias com o Norte do País ou se não estaríamos.

É uma discussão que me parece legítima, que tem cabimento.

O tema que o Sr. Deputado trouxe a esta Câmara é legítimo, desde logo, porque fez uma intervenção, mas também tem equidade e é pertinente. É uma questão que estaremos disponíveis para analisar se se vier a verificar o interesse específico da Região nessa matéria.

O interesse específico, pelo menos da minha parte, não pode ser excluído. É uma questão a analisar e pertinente.

Garanto-vos que o interesse e a intenção do legislador nessa matéria foi beneficiar os contribuintes e não prejudicar.

Presidente: Gostaria de informar que o Governo esgotou completamente o seu tempo.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota *(PCP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário da Agricultura e Pescas:

Eu não vou entrar em polémicas porque sei que não tem tempo, mas queria apenas frisar um aspecto e dar o meu testemunho para análise desta situação.

O que nós trouxemos aqui não foi tanto o estar a fazer a análise exaustiva da bondade ou não deste decreto-lei e da alteração das tabelas. Há que saber, por

exemplo, se os cofres do Ministério da Justiça ganham mais ou ganham menos. Possivelmente há quem diga que vai ganhar menos, mas o que é certo é que os actos de registo e de notariado mais comuns ao cidadão, subiram, com excepção da aquisição de moradia que tem preço fixo.

Obviamente que o Estado vai deixar de assacar uma quantidade enorme de dinheiro que resultava de uma outra regra que fazia, por exemplo, que a alteração de parte sociais de empresas rendesse muitíssimo dinheiro. Mas não é bem esta questão.

A questão que nós trouxemos aqui e que o Sr. Deputado Paulo Valadão apresentou de forma interessante e rigorosa, é uma questão que também vai ter repercussão na própria actividade dos agricultores da Região.

Atendendo ao tipo de propriedade que têm, exactamente o que foi explicado neste caso dos 21 alqueires aqui referido, diz respeito a 21 prédios que variam desde os 303 metros quadrados até vários alqueires por prédio.

Portanto, muitos lavradores nesta ilha e em muitas outras ilhas, têm as suas explorações em fracções muito pequeninas que têm número matricial. Quando precisarem de instruir um processo para concorrem a uma ajuda comunitária qualquer, a qualquer medida que a Secretaria Regional toma, muitas vezes o custo das certidões que são necessárias para fazer as provas processuais exigidas, vai ser elevadíssimo. Nós temos que ter em conta este aspecto na análise deste problema.

Em relação ao problema das doações e partilhas, é um problema absolutamente claro ao ponto do Sr. Presidente da Câmara do Corvo, companheiro da bancada do lado, me ter dito que simplesmente naquela ilha ia deixar de haver partilhas, porque não era viável com estas tabelas haver esse tipo de processos face ao valor real que as fracções que têm matriz própria.

Penso que é um problema que temos entre mãos e que temos ou ao nível da Região ou ao nível da República que encontrar uma solução. Não é possível que esta situação continue por muito tempo assim.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Não havendo mais pedidos de esclarecimento sobre esta matéria, tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado para uma intervenção.

Deputado Lizuarte Machado ***(PS):*** **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:**

A criação no final de 1980 do Serviço Regional de Saúde, através do Decreto Regulamentar Regional n.º 32/80/A, de 11 de Dezembro, veio permitir um incremento da prestação dos cuidados de saúde na Região.

Após duas décadas de funcionamento, encontramo-nos numa nova fase, marcada pela entrada em vigor do Decreto Legislativo Regional n.º 28/99/A, de 31 de Julho, que, em desenvolvimento dos princípios estabelecidos pela Lei de Bases da Saúde – Lei n.º 48/90, de 24 de Agosto –, reforça a garantia de acessibilidade e qualidade dos cuidados de saúde, e promove modelos de organização dos cuidados adequados à nossa realidade geográfica e de gestão descentralizada e participada, buscando a maior racionalização da utilização dos recursos disponibilizados e promovendo significativamente a obtenção de ganhos em saúde para as populações. Tudo isto sem prejuízo da necessária introdução de algumas modificações estruturais e funcionais, evidenciando-se a adequação do Serviço à realidade «ilha», procurando dar localmente o máximo de respostas às necessidades de saúde dos seus utentes.

Neste contexto assume particular importância a afirmação da ilha enquanto unidade base da organização, administração e prestação de cuidados, bem como a criação de condições para a definição da extensão mínima de cuidados que devem ser assegurados em cada ilha e a clarificação da coordenação de todos os meios disponíveis localmente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Contudo, logo desde 1997, com a aprovação do Decreto Regulamentar Regional n.º 15/97/A, de 25 de Julho, e consequente nomeação de comissões coordenadoras em algumas ilhas, bem como com a publicação de determinada regulamentação foi possível melhorar qualitativa e quantitativamente a prestação local de cuidados de saúde.

No que ao Pico diz respeito, tendo a Comissão Coordenadora da Prestação de Cuidados de Saúde de Ilha sido nomeada em finais de 1997 e apesar desta não poder interferir nas competências específicas dos conselhos de administração dos centros de saúde, por nunca lhes terem sido delegadas quaisquer competências, foi possível, não obstante a sua intervenção estar limitada a questões de âmbito geral, conferir uma maior equidade na oferta dos cuidados de saúde prestados pelos três centros de saúde à generalidade dos utentes, designadamente:

- Coordenação das deslocações dos especialistas à ilha do Pico, assumindo toda a tramitação necessária e a definição das especialidades;

- Distribuição dos horários dos diversos técnicos que apenas existem num centro de saúde, por forma a darem cobertura aos três;

- Organização de um plano de rastreio e educação em saúde oral para os alunos do ensino básico;

- Colaboração na procura de uma solução para a evacuação de doentes entre as ilhas do Pico e do Faial, que culminou com a construção dos habitáculos nos navios da Região, Cruzeiro das Ilhas e Cruzeiro do Canal, bem como a aquisição do respectivo equipamento;

- Formação de equipas de evacuação marítima, cuja criação e regulamentação se aguardam;

- Planeamento e programação de acções de formação no âmbito da emergência médica;

- Promoção de actividades no âmbito da educação para a saúde, etc.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A melhoria nos cuidados de saúde prestados à população do Pico, na prática traduzem-se, comparando os anos de 1995 e de 2001, no seguinte:

a) No atendimento permanente um crescimento de 41,4%, passando-se de 22.029 atendimentos para 31.150;

- Nas consultas de especialidades um crescimento de 167,9%, passando-se de 2.899 consultas para 7.769;

- Nas análises um crescimento de 73,1%, passando-se de 55.622 para 96.323;

- Nos domicílios efectuados pelo pessoal de enfermagem passou-se de zero para 7.132.

Como consequência, os dias de internamento nos Centros de Saúde diminuíram 16,7%, passando de 6.553 para 5.455.

A entrada em vigor da Portaria n.º 43/97, de 26 de Junho, da responsabilidade do VII Governo Regional, incrementou de forma regular a deslocação de médicos da carreira hospitalar aos Centros de Saúde do Pico, permitindo uma prestação de cuidados de saúde integrados e sequenciais e provou que, apesar das limitações da Comissão Coordenadora da Prestação de Cuidados de Saúde de Ilha do Pico, a gestão local é a mais eficaz como o provam, para além dos números atrás referidos, o facto de no ano 2000 as consultas de especialidades terem tido um custo unitário de apenas 3.588 escudos e os exames complementares um custo unitário médio de 7.529 escudos.

É justo realçar que para tal acontecer foi indispensável a grande disponibilidade dos médicos envolvidos, a eficaz gestão do seu tempo de trabalho, a máxima rentabilização dos meios locais e a compreensão para esta realidade revelada pelos directores dos três hospitais da Região, bem como dos respectivos chefes de serviços.

Contudo, a prática resultante da aplicação da mencionada Portaria tem revelado a necessidade de se procederem a alguns ajustamentos, designadamente em face da impossibilidade, colocada às administrações dos Centros de Saúde, aos próprios médicos e aos respectivos Hospitais em programarem saídas de vários dias com a antecedência a que obriga o disposto no n.º 2 do artigo 10.º quanto à programação das deslocações, bem como permitindo a justa remuneração dos médicos que se disponham a trabalhar para além da carga horária do regime normal de trabalho, evitando, assim, a permanência de utentes em lista de espera, até nova deslocação do

especialista à ilha, ou obrigando-os a deslocações a outras ilhas, com os inerentes custos e desconforto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As evacuações de doentes entre as diversas unidades de saúdes da Região são realizadas utilizando meios aéreos e com o acompanhamento de equipas devidamente especializadas. A única excepção a esta regra verifica-se nas evacuações efectuadas dos três Centros de Saúde da ilha do Pico para o Hospital da Horta, o que constitui um tratamento discriminatório, só justificável pela onorosidade do transporte aéreo e pela incondicional disponibilidade da Empresa de Lanchas do Pico e, posteriormente, da Transmaçor para, independentemente da hora e das condições de tempo e mar, levarem a cabo este inestimável serviço.

Neste contexto, foi preocupação do VII Governo Regional criar condições adequadas nos navios propriedade da Região – Cruzeiros do Canal e das Ilhas – com a instalação de habitáculos e respectivos equipamentos. Todavia, esta significativa melhoria terá que ser complementada com a criação das equipas de evacuação marítima, dando-se sequência à formação dos técnicos já encetada pela Comissão Coordenadora da Ilha do Pico, e assegurando-se a necessária manutenção dos equipamentos e reposição de stocks nos navios, bem como garantindo junto da Transmaçor que as evacuações apenas sejam efectuadas pelos navios adaptados para o efeito.

Não obstante a importância e a necessidade de serem rapidamente encontradas soluções para as questões pontuais enunciadas, a ilha do Pico carece, sobretudo, da imediata operacionalização do sistema local de saúde, através da regulamentação da Unidade de Saúde de Ilha, cujo Decreto Regulamentar se encontra em fase de debate com os parceiros.

Espera o Pico que o processo avance com a máxima celeridade para que, assentando na centralização administrativa e financeira, na gestão integrada e racional da generalidade dos meios humanos e materiais e na implementação de maior e melhor oferta de cuidados especializados, incluindo especialidades médicas, se obtenha

ganhos em saúde para a população ainda mais significativos do que aqueles manifestamente alcançados nos últimos anos em resultado do trabalho meritório da actual Comissão Coordenadora da Saúde.

Disse!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Paisagem Protegida de Interesse Regional da Cultura da Vinha da Ilha do Pico, foi criada pelo Decreto Legislativo Regional 12/96/A, de 3 de Junho, na sequência do Decreto Legislativo Regional 21/93/A, de 23 de Janeiro, que havia adaptado à Região o regime jurídico relativo à Rede Nacional de Áreas Protegidas sendo que, esta adaptação regional configurou a intitulada paisagem protegida de interesse regional.

É nesta última acepção que se enquadra a chamada Paisagem Protegida de Interesse Regional da Cultura da Vinha da Ilha do Pico, muitas vezes confundida com ESP.

O ESP "Estudo de Salvaguarda Património Natural e Edificado, característico da Cultura da Vinha na Ilha do Pico", não é mais do que um estudo que, depois de concurso público, foi adjudicado pela então Secretaria Regional do Turismo e Ambiente, no sentido de dar sequência ao Decreto Regulamentar Regional 29/88/A (corrigido pelo Decreto Regulamentar Regional 65/88/A) onde, pela primeira vez, se formalizaram medidas cautelares, tendo em conta o valor patrimonial da paisagem rural inerente à cultura da vinha na Ilha do Pico

Este estudo, iniciado em 1993 e concluído em 1996 foi participado por vários entidades, tais como técnicos, autarcas e responsáveis governamentais que, em conjunto com a equipa técnica da Consulmar/Impacte, foram – através de diagnóstico, caracterizações e aproximações sucessivas – construindo um

documento que serviu de base ao Decreto Legislativo Regional 12/96/A, e aos limites da Paisagem Protegida definidos por este diploma, sugerindo-se ainda uma minuta do que poderia ser o Decreto Regulamentar Regional que regularia a utilização dos solos e as edificações naquela zona.

Importa reter daqui o trajecto longo e dialogante que levou à formalização de um quadro legal que visa proteger, vigiar, divulgar e defender a mais importante paisagem humanizada e de património edificado da Região, que agora viu dois dos seus núcleos serem escolhidos como candidatura de Portugal a Património Mundial da UNESCO.

Tal paisagem é um marco histórico, cultural e económico da Ilha do Pico.

O seu reconhecimento tem de ser um motivo de orgulho para nós e para as gerações vindoras.

Orgulho na capacidade dos nossos antepassados da pedra fazerem riqueza e do seu esforço produzirem um vinho considerado e conhecido em todo o mundo de então.

Nesta paisagem está muita da nossa história, feita de trabalho, na coragem, ou talvez inevitabilidade de ficar e criar riqueza para, muitas vezes, apenas sobreviver.

Temos, cada vez mais razões para preservar este testemunho como parte da nossa idiossincrasia. Os sulcos na pedra e os currais são como as linhas da vida na palma de uma mão que é a ilha.

Por outro lado, a importância como potencial turístico não pode ser descurada pois que, se o Turismo é importante para o nosso futuro sócio-económico, uma das suas maiores atracções será esta paisagem única que caracterizou o ciclo da vinha e do vinho e que agora se vê reconhecida, a nível nacional e – esperamos que tal se concretize – a nível internacional.

Isto é, razões históricas, culturais e sentimentais obrigam-nos a cuidar este património, mas também razões racionais e economicistas são relevantes para tal.

Em artigos de opinião já várias vezes aflorei esta temática, sendo que algumas destas reflexões vieram no seguimento de uma polémica que na altura se situava na discussão acerca da utilização dos solos da zona da Paisagem Protegida.

Os técnicos da Comissão Técnica de Acompanhamento dos PDM's da Ilha do Pico e as próprias equipas técnicas a quem as Câmaras adjudicaram a elaboração destes documentos sempre defenderam que os Planos Directores Municipais, dentro da zona definida pelo Decreto Legislativo Regional 12/96/A, de 27 de Junho, se teriam de configurar às definições estabelecidas para a utilização dos solos naquela zona.

Este Decreto Legislativo Regional previa a sua regulamentação, com base no já citado ESP.

Contudo, nem o Governo de 96, em final de mandato, pôde publicá-lo, nem os posteriores o fizeram, condicionando a Comissão Directiva da Paisagem Protegida – a quem as Câmaras devem parecer vinculativo em processos de licenciamento – que se viu e vê entre Autarquias que pedem pareceres, populações que protestam e uma tutela regional que se vem atrasando, anos após anos, em relação às propostas de alteração ao que se poderia chamar uma minuta de Regulamento e a sua passagem à devida e legal letra de forma de lei.

Passados todos estes anos aguarda-se, finalmente, para breve o Regulamento com o devido valor jurídico e as necessárias adaptações, nomeadamente em relação a materiais de cobertura e vãos a aplicar nas edificações e correcções em relação às várias classificações intermédias e seus limites dentro da Paisagem Protegida.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É importante fazer esta pequena resenha por vários motivos:

Primeiro, porque recentemente tivemos a boa notícia de que o trabalho de estudos, sensibilização e regulamentação iniciado há cerca de 14 anos surtiu efeito, pelo menos até ao ponto de ser o processo eleito por Portugal para candidatar a Património Mundial da UNESCO em 2003.

Segundo, porque políticos, técnicos, autarcas e população interessada foram todos responsáveis por mais este importante passo.

Terceiro, porque é importante ter presente algumas das vicissitudes que este processo tem tido e que quem – e bem – deixou o testemunho neste ponto, recebeu-o de outros.

Quarto, porque é missão de todos lutar para que o objectivo da Classificação mundial seja atingido a bem do Pico, mas também dos Açores.
Quinto e mais importante, porque preservar, valorizar e promover a epopeia da vinha do Pico é a maior homenagem aos Açorianos na sua expressão Picoense, de gente com um código genético e uma força telúrica capazes de contornar a sina da subjugação à natureza.
E se os sulcos de pedra podem ser as linhas da vida na palma da mão que é a Ilha, temos nós agora nas mãos a responsabilidade de continuar a respeitar a alma do Picoense que ama a terra e por isso navega e ama o mar e por isso quer ficar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Porém, para além da paixão, cada vez mais, temos de ter outras razões para ficar.
Os apoios à reconversão da vinha, à manutenção dos currais de pedra, a modernização da Adega Cooperativa e a promoção dos vinhos do Pico são agora mais prementes.
A capacidade de conciliar os interesses colectivos e privados na zona da Paisagem Protegida é essencial.
A herança desta paisagem humanizada só pode ser valorizada e dignificada se continuar a ser do interesse dos cidadãos, quer em particular no que se refere aos sítios candidatos a património mundial, quer genericamente aos limites mais vastos da Paisagem Protegida.
Para tal a população tem de perceber que há interesses privados que se têm de submeter aos interesses públicos, mas isso só será possível com diálogo sensibilização e apoios que incentivem no imediato a cuidar do futuro que queremos deixar.
Disse.
Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Tal como o Sr. Deputado Duarte Freitas, todos nós nos congratulamos com a escolha, a nível nacional, da candidatura da paisagem da vinha do Pico a património da humanidade e todos esperamos que para meados de 2003 possamos congratular-nos com esse reconhecimento internacional.

Um esclarecimento ao Sr. Deputado Duarte Freitas:

O Decreto Regulamentar Regional que aprova o regulamento de uso e utilização dos solos da paisagem protegida de interesse regional da cultura da vinha do Pico, foi aprovado no conselho do Governo de 21 de Janeiro passado.

Esse instrumento fundamental para que a Comissão Directiva, cujo presidente já foi nomeado e empossado recentemente, possa exercer cabalmente as suas funções pondo em prática a necessária salvaguarda e reabilitação de toda a área da paisagem protegida, designadamente dos dois núcleos candidatos a património mundial (núcleo de Santa Luzia e núcleo da Criação Velha).

Neste aspecto, os apoios à cultura da vinha e à reabilitação daquela paisagem são essenciais.

Os agricultores e os viticultores em particular, têm à sua disposição alguns apoios, outros poderão sugerir e aparecer.

Neste momento já estão disponíveis os apoios do POSEIMA (POSEIMA/Vinha, POSEIMA/Vinho) e os apoios das medidas agro-ambientais à manutenção dos currais. Dentro em breve estará certamente disponível a regulamentação dos apoios no âmbito da OCM da vinha.

Neste âmbito, é fundamental aproveitar estes apoios para que se consiga a necessária promoção do VOQPRD e em simultâneo também aquilo que já temos vindo a defender publicamente, ou seja, a criação de vinhas regionais para aquelas castas, para aquele tipo de produção que não pode ser orientada para a produção do vinho licoroso para que possamos aproveitar, em toda a sua plenitude, os significativos apoios e substanciais apoios que a OCM da vinha nos permite.

Julgamos que com a regulamentação da OCM da vinha que está aí a surgir, com a publicação em breve do regulamento do uso e utilização dos solos da paisagem protegida, ficam, para já e de imediato, criadas as condições para que todo aquele espaço, toda aquela paisagem possa ser devidamente reabilitada e esperemos que em 2003 tenhamos o reconhecimento como património da humanidade.

Até lá, começam a estar criadas as condições para que os agricultores e as populações possam recuperar aquela paisagem, para que a tornem viva, porque ela só será uma paisagem com valor para a humanidade se continuar a ser uma paisagem viva, uma paisagem com vinha.

As condições, quer ao nível dos apoios, quer ao nível da política, estão criadas e começam a criar forma.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Não havendo mais inscrições neste período de antes da ordem do dia, vamos passar à **Ordem do Dia.**

Assim, vamos dar continuidade ao debate da **Proposta de Resolução – "para uma plataforma de entendimento relativa ao Estatuto Remuneratório dos Trabalhadores das IPSS",** apresentada pelo PCP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para pedir esclarecimentos.

Deputado Paulo Valadão *(PCP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Inscrevi-me não para intervir, mas para solicitar esclarecimentos em função da intervenção proferida pelo Sr. Deputado Francisco Barros e um pouco também em função da intervenção da Sra. Secretária.

O Sr. Deputado Francisco Barros referiu o despacho normativo que obriga aos protocolos entre a Região e as IPSS.

Refere alguns números em relação aos diversos apoios às instituições. Gostaria de evidenciar que esses apoios são de funcionamento, de investimento, de cedência de instalações e de cooperação eventual, ou seja, o seu âmbito não é exclusivamente para transferência de verba de pagamento aos funcionários. Há transferência de verba para manter o sistema.

Recordo que uma parte dessa verba destina-se ao funcionamento e é dessa verba que sai directamente e através de protocolo os vencimentos dos trabalhadores.

Por outro lado, em resposta a uma afirmação que eu fiz de que havia a ideia pelo menos – que o senhor confirma – de que para haver Machado Joseph os trabalhadores dessa rede iriam ser pagos através de um protocolo, mas os vencimentos serão exactamente semelhantes à função pública, o Sr. Deputado refere que serão dois técnicos, um psicólogo e um assistente social.

Pergunto: por que é que a estes se pagam em relação a vencimentos paralelos aos da função pública e àqueles que tratam das pessoas na mesma circunstância, mas que são idosas, pensa-se que o critério não pode ser o mesmo ou tendencialmente o mesmo?

Se houver necessidade de outros trabalhadores para essa mesma rede, qual será o vencimento? Será um critério semelhante aos dois técnicos, ao psicólogo e à assistente social, ou será outro critério?

Por outro lado, gostaria também de perguntar se em relação às IPSS protocoladas, o protocolo destina-se a cobrir praticamente todo o vencimento ou uma percentagem elevadíssima do vencimento dos trabalhadores dessas IPSS em relação à matéria protocolada ou não será assim?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros.

Deputado Francisco Barros *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Valadão:

Em primeiro lugar, suponho que na intervenção de ontem fui devidamente preciso quando me referi à questão dos acordos de cooperação e investimento, porque eles não se destinam exclusivamente ao pagamento de despesas com o pessoal.

Aliás, eu tive o cuidado de referir que esses acordos tinham a ver com o financiamento e o funcionamento das Instituições Particulares de Solidariedade Social, no que ao pessoal, equipamentos e instalações diz respeito. Como tal, se o Sr. Deputado tem essa dúvida, é uma questão de confirmar posteriormente no diário das sessões.

O que eu disse e continuo a afirmar é que nesses acordos de cooperação, de investimento, destina-se uma fatia para a questão salarial, como também se destina para a questão das instalações e do funcionamento da própria instituição.

Em segundo lugar – e reafirmo Sr. Deputado – a situação verificada com dois técnicos superiores destinados ao programa protocolado com a Santa Casa de Misericórdia de Santa Cruz das Flores da doença de Machado Joseph, vem no seguimento do programa em que eles já estavam inseridos e que já estava em funcionamento, onde tinha sido definido determinado montante para o pagamento destes dois técnicos.

O protocolo estabelecido entre a Direcção Regional de Solidariedade e Segurança Social e a Santa Casa, prevê o pagamento igual ao que se verificava anteriormente. Não tem nada a ver, em termos de proporção ou de carreira – aliás o Sr. Deputado confirmou isso ontem – com os técnicos superiores da Administração Pública. Tem a ver com um vencimento que é equivalente, segundo o que sei, com a base do início da carreira técnica superior da Administração Pública. Que isto fique esclarecido, porque na intervenção que o Sr. Deputado proferiu ontem aqui, dá o exemplo como se o protocolo abrangesse todos os funcionários ou abrangesse todo o pessoal que possa estar envolvido neste projecto.

Em terceiro lugar, o Sr. Deputado Paulo Valadão coloca a questão de que se outros trabalhadores para essa eventual rede forem necessários, em que estatuto remuneratório se irão encontrar?

Suponho que essa pergunta está mal dirigida. Ela deverá ser dirigida à Direcção Regional de Solidariedade e Segurança Social, embora seja minha convicção de que, no seguimento daquilo que são os protocolos ou outro tipo de protocolo do mesmo

teor existentes, se devam proceder aos pagamentos de acordo com as tabelas em vigor, através das próprias Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Suponho que prestei todos os esclarecimentos que me solicitou, Sr. Deputado.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão *(PCP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão que eu coloquei ao Sr. Deputado em relação ao futuro da rede Machado Joseph coloco-a neste momento à Sra. Secretária Regional.

O Sr. Deputado refere e muito bem – aliás, eu tinha referido antes, portanto, confirma exactamente aquilo que eu disse – que o vencimento destes técnicos, é um vencimento correspondente à entrada deles na função pública. É evidente que terá que ser assim, porque se estes funcionários entraram muito recentemente na função pública, se eles fossem funcionários públicos, ganhariam exactamente aquilo que ganham na rede Machado Joseph, porque são pessoas jovens, pessoas que terminaram o curso muito recentemente, pessoas que apenas começaram a trabalhar.

A pergunta que faço é se esta rede Machado Joseph tiver necessidade de outros trabalhadores, qual será o critério de pagamento que eles vão receber.

Outra questão que gostaria de colocar à Sra. Secretária em função da intervenção que fez, é se a transferência feita para as IPSS para funcionamento, portanto, para pessoal, cobre ou não todo ou quase todo o pagamento do pessoal das IPSS?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para o PSD, as Instituições Particulares de Solidariedade Social têm um papel central no que diz respeito ao complemento de acção pública, de função pública, em matéria de saúde e em matéria de intervenção nas áreas de infância, juventude e terceira idade.

Na verdade, quando falamos sobre Instituições Particulares de Solidariedade Social, é bom que tenhamos consciência de que estamos a falar de 346 serviços existentes na Região Autónoma dos Açores, que alcançam um universo de 12 mil utentes. São estes os números que nós possuímos.

Estão envolvidos com as Instituições Particulares de Solidariedade Social qualquer coisa como 2 mil trabalhadores.

Não é por isso mínimo o papel e a intervenção das Instituições Particulares de Solidariedade Social, na acção pública de complementaridade que compete designadamente à Administração Regional, nas áreas em que as Instituições Particulares de Solidariedade Social dos Açores intervêm.

O PSD, em Junho do ano passado, teve oportunidade de apresentar e discutir nesta Casa uma Proposta de Resolução que visava uma convergência salarial dos trabalhadores da IPSS ao estatuto remuneratório dos funcionários públicos da Administração Regional. Digo convergência, porque já nessa altura a nossa defesa era a de que devia ser de forma faseada e progressiva, garantindo mesmo que neste processo de convergência se chegasse, até ao fim do mandato deste Governo, à equiparação.

Nesta proposta, depois desvirtuada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, acompanharam-nos sempre os trabalhadores, na defesa desta reivindicação, alguns dirigentes das IPSS e todos os partidos da oposição com assento neste Parlamento, com excepção do Partido Socialista que alterou, adulterando, a proposta inicial do Partido Social Democrata.

É por isso que hoje, tratando-se de uma matéria recorrente, temos todo o gosto de anunciar o nosso voto favorável à proposta apresentada pelo Partido Comunista Português, que será debatida e votada.

Fiquem cientes os trabalhadores e os utentes das Instituições Particulares de Solidariedade Social que, pela parte do PSD, através da proposta feita o ano passado e hoje através da proposta do Partido Comunista Português, teriam um processo de

dignificação, sendo os seus trabalhadores melhor remunerados, para intervirem ainda com mais empenho e satisfação nas áreas em que intervêm as IPSS.

Com o PSD, já hoje teria havido um processo progressivo de melhoria e de convergência salarial daqueles trabalhadores.

O PS e o Governo Regional estiveram, e estão hoje como se nota, contra esta opção.

Disse a Sra. Secretária Regional que tem mantido diálogo com os sindicatos neste sentido.

Relembro que na altura o sindicato considerou as palavras da Sra. Secretária Regional de demagógicas e hipócritas, porque – e cito – "a Sra. Secretária falava em diálogo e respeito, no entanto nunca respondeu às propostas apresentadas pelo sindicato, nem recebeu os representantes do sindicato".

Hoje, tive acesso a uma resolução, aprovada pelo Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores, que diz: "os delegados e dirigentes das IPSS reunidos hoje, 20 de Fevereiro de 2002, em Ponta Delgada, tendo em conta que está sendo discutida na Assembleia Legislativa Regional dos Açores a Proposta de Resolução, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PCP, para uma plataforma de entendimento relativa ao Estatuto Remuneratório dos Trabalhadores das IPSS, resolvem por unanimidade..."

Eis, mais uma vez – note-se! – os sindicatos a favor daquela proposta que já foi do PSD em Junho do ano passado e hoje está aqui a ser discutida por iniciativa do Partido Comunista, para que seja feita justiça, para que se continue a lutar pela efectiva equiparação remuneratória daqueles trabalhadores, aos funcionários da Administração Pública.

Sra. Secretária, Srs. Deputados do Partido Socialista:

São estes 2000 trabalhadores, naturalmente com o apoio destes 12 mil utentes, que esperam uma resposta do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, em maioria absoluta, ou do Governo Regional.

A verdade é que passado o tempo que decorreu, de Junho até hoje, o Governo ainda não deu satisfação àquela pretensão e os sindicatos continuam protestando esta mesma reivindicação de convergência salarial.

Por nós, por parte do PSD que votará favoravelmente esta proposta de Resolução do Partido Comunista, deve-se estabelecer diálogo, haver uma plataforma de entendimento e mesmo calendarizar o processo de convergência salarial que é justo, porque a trabalho igual, salário igual e, porque na verdade, é possível garantir que haja, através de protocolos entre o Governo Regional e as IPSS, este processo de convergência.

Atenção: não se confunda, como às vezes o Governo e o Partido Socialista tentam fazer, que estaremos a falar de um estatuto jurídico de funcionalismo público.

Não pretendemos – nem o PCP apresenta aqui nesta proposta de resolução – uma transformação dos trabalhadores das IPSS em funcionários públicos, nem uma equiparação do seu estatuto jurídico ao funcionalismo público.

O que se pretende é uma convergência salarial que dignifique a profissão daqueles trabalhadores que em várias circunstâncias é exactamente a mesma que os funcionários públicos exercem na Administração Pública Regional.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do Deputado José Decq Mota)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota *(PCP):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós damos grande importância a esta matéria e, como tal, a perplexidade que sentimos aumenta sempre perante a posição fechada e estratificada que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Governo tem mostrado sobre ela.

Já foram ditas aqui muitas coisas, talvez o fundamental, mas permitam-me que eu próprio referia aquilo que me parece fundamental sobre esta matéria.

Nas intervenções dos Deputados Paulo Valadão e Alvarino Pinheiro feitas ontem e na intervenção do Deputado José Manuel Bolieiro feita hoje, penso que ficou tudo dito e bem dito, mas é preciso que fique de todas as maneiras possíveis registado qual é o problema e coloco-o na forma de uma pergunta:

Se por acaso não tivesse sido a seu tempo definido que a Região Autónoma iria investir na construção e no funcionamento destas estruturas de apoio à criança e aos idosos, hoje teríamos este número de estruturas de apoio?

Não teríamos, porque as antigas misericórdias e as IPSS que se formaram, não teriam aparecido.

O grosso desse investimento foi público, a garantia de que as despesas com o pessoal eram asseguradas foi o ponto de partida para que as IPSS viessem para o terreno, aparecessem e fosse criada essa magnífica rede.

Não foi na base de uma relação de trabalho privada que esta rede foi montada. Ela é uma relação de trabalho privada, mas foi na base de que aqueles trabalhadores iriam ganhar como os seus colegas de profissões idênticas nos centros de saúde, nos hospitais e nas escolas.

Foi assim até 1990 quando foi alterada as carreiras da função pública. Foi a partir dessa que os trabalhadores das IPSS levantam, com razão e justiça, essa questão.

Quase que entra no foro – e desculpem-me a franqueza – da teimosia não querer encarar o problema tal qual ele é.

Hoje sabemos que esta rede só funciona porque foi assim que foi montada e foi neste pressuposto que foi criada.

Não haveriam estas centenas de lares de terceira idade, jardins de infância, salas de bar e apoio à infância e aos idosos se não tivesse sido este o ponto de partida. Foi este o pressuposto da criação desta rede.

Não se pode pretender que nesta rede que continua a ter o mesmo tipo de funcionamento, em que o investimento é assegurado pelo sector público, que a entidade financiadora pague para o funcionamento menos do que paga para as suas próprias estruturas.

Aqui, é que se situa o cerne da questão.

É evidente que a proposta de resolução que apresentamos, que não é rigorosamente idêntica à do PSD – o sentido é o mesmo, mas não é idêntica – procura criar uma saída para este problema, sem nenhum aspecto de solução fechada, procurando que se encontre uma plataforma diferida no tempo, tudo dependendo de uma negociação a fazer.

Pelas declarações feitas, parece que os senhores continuam a não querer encontrar uma saída justa para este problema, de uma forma equilibrada e sem custos acrescidos. Parece que os senhores permanecem numa posição de continuar a ter um importante sector laboral desta Região, um sector fundamental para a prestação de um serviço social, na base de um princípio que não é correcto nem justo, um princípio que foge claramente àquilo que deve ser o papel indicador que o Estado, neste caso a Região Autónoma, tem que dar à sociedade. É o que os senhores pretendem continuar a fazer, lamentavelmente, porque esta proposta dá todas essas possibilidades.

Gostava de esclarecer mais um ponto que também já foi referido. Ninguém reivindica que se transformem estas 2 mil pessoas em funcionários públicos.

Tem que haver um instrumento colectivo adequado ao seu estatuto, mas por que é que a Direcção Regional da Segurança Social é parte activa nestas negociações e nunca há nenhuma decisão sobre aumentos sem a intervenção da Direcção Regional?

É porque a entidade financiadora é a Administração Pública Regional. É esta a razão fundamental.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Num sentido, a Direcção Regional não pode tutelar. A Direcção Regional todos os meses recebe os mapas das IPSS, os mapas dos vencimentos, mas depois é privado em termos dos montantes.

Não pode ser assim. Estamos numa contradição profunda que os senhores não conseguem resolver. Então escudam-se numa posição fechada. É lamentável que assim seja e por uma razão muito simples: é uma posição profundamente injusta.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros.

Deputado Francisco Barros *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, nenhuma força política desta Casa pode reivindicar para si o exclusivo do apoio, da solidariedade ou da prestação social. Que isto fique registado.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS): Muito bem!*

O Orador: A legitimidade de qualquer força política aqui presente, é exactamente a mesma para reivindicar esse tipo de actuação.

Quem ouviu o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro e a seguir o Sr. Deputado José Decq Mota, fica com a sensação de que há aqui os campeões e os paladinos do amor às criancinha e aos pobrezinhos.

A Segurança Social intervém directamente na negociação e fiscalização do pagamento dos vencimentos e na admissão de pessoal?

Intervém sim senhor e ainda bem que é assim, Sr. Deputado José Decq Mota. Isso não tem a ver com o facto de ser a entidade pagadora, mas por fazer parte dos acordos de cooperação para garantir que a qualidade de serviço prestado aos tais utentes, que tanto vos preocupa, seja digna e seja a garantia de que existe um rácio entre trabalhadores e utentes que permita não se verificar situações de exploração de trabalho, de prestação de maus cuidados ou negligência de qualquer forma como muitas vezes assistimos em muitas partes, infelizmente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Esta é a questão de fundo. Não tem a ver com a questão da segurança social ser ou não uma entidade pagadora. Tem a ver com a qualidade da prestação de serviços que se pretende.

Por vezes há aqui uma confusão terrível.

O Sr. Deputado José Manuel Bolieiro tanto diz que propuseram a convergência, a equiparação, como lê um parecer de um sindicato sobre a equiparação, ou seja, estamos a falar de questões semânticas. Óptimo! Ainda bem que são questões semânticas e ainda bem que já evoluímos todos para um ponto a que chegamos à conclusão de que os trabalhadores das IPSS não são funcionários da Administração Pública, logo não se pode falar em equiparação, pode-se falar em dignificação e melhoria das suas condições de trabalho.

Ontem foi aqui referido, quer pela Sra. Secretária dos Assuntos Sociais, quer por esta bancada, que tudo o que vise a dignificação e melhoria das condições de trabalho dos trabalhadores das IPSS, merece o nosso acordo, mas no sentido de negociar com a União das IPSS, das Misericórdias e dos Sindicatos, que são as entidades que merecem o nosso apoio, no sentido de garantir aumentos nunca inferiores aos da função pública, aumentos, preferencialmente, quando o montante não atinge os 3.700 escudos, passe automaticamente para esse valor, permitindo uma valorização gradual desses trabalhadores, mas não tendo como limite a questão do que ganha um funcionário da Administração Pública. O erro de base está aqui.

Teimosia e utilizando uma expressão que eu desconheço, e uma posição estratificada – por certo o Sr. Deputado José Decq Mota pegando na teoria da estratificação ou das classes poderá explicar – é querer equiparar aquilo que não é equiparável, é querer encontrar semelhanças naquilo que não semelhante.

Dignificação? Com certeza!

Melhoria de condições de trabalho? Absolutamente!

Que as IPSS funcionem cada vez mais e melhor? Com certeza!

É esse o investimento que este Governo Regional tem feito.

É por isso que apoia na criação de mais centros de dia, de mais lares de idosos, de mais unidades de pequena dimensão de carácter humano em vez de autênticos asilos ou armazéns de idosos, que era muitas vezes isso que se pretendia.

Deputado José Manuel Bolieiro *(PSD):* Na sua bancada há quem não concorde consigo!

O Orador: Em vez disso, vamos apostar numa escala humana, vamos apostar – se quiserem! – "small is beautiful", ou seja, na pequena unidade inserida na comunidade, inserida num meio que possa permitir não só o apoio domiciliário, como o internamento, quando for caso disso. É esta a política social que tem que ser seguida.

Temos que continuar cada vez mais no incremento de políticas sociais que permitam aumentar o número de utentes, o número de unidades existentes, o número de valências existentes.

"Os trabalhadores devem ser remunerados condignamente!"

Com certeza, estamos todos de acordo com isso, mas não venham – e não tenhamos nós o exclusivo da teimosia – para cima de nós com anátema da teimosia só porque achamos que aquilo que não é equiparável não pode ser equiparável.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto.

Secretário Regional Adjunto da Presidência *(Francisco Coelho):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Colegas do Governo:

O Sr. Deputado José Manuel Bolieiro afirmou neste debate que – e cito de cor – se o PSD fosse Governo, certamente que esta questão já começaria a estar resolvida.

O Sr. Deputado José Decq Mota, embora não tenha dados sobre isso – e não tenho nenhuma razão para não tomar como boas as suas palavras – afirmou que este problema começou a colocar-se, sensivelmente, a partir de 1990.

Há uma coisa que tenho consciência, até por outros motivos, ou seja, durante meadas da década de 90, esse problema já se colocava.

Face a isso e porque também pode ser importante para a substância deste debate eu gostaria de pedir um esclarecimento ao Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Se atenderemos que até fins de 96 o Partido Social Democrata assegurou legitimamente o governo desta Região, de lá para cá houve dados novos que alterem a situação no que se refere a esta questão?

Se houver, eu agradecia muito ao Sr. Deputado Bolieiro ou ao Grupo Parlamentar do PSD que os pusessem na Mesa, porque podia ser extremamente útil à substância desta discussão.

Se porventura isso não acontecer, eu terei que concluir que nesta matéria, como noutras e dou como exemplo os custos de insularidade, o Partido Social Democrata muda de posição, consoante está no Governo ou na oposição.

Gostava que o Partido Social Democrata me explicasse por que é que de 90 a 96 não resolveu este problema.

Eu até ouvi alguns "*muito bem"* do Sr. Deputado Bento Barcelos. Hoje, o senhor diz muito bem a isto, mas o que é que o Sr. Deputado disse quando foi Director regional da Solidariedade e Segurança Social e esta questão lhe foi colocada? Sr. Deputado Bento Barcelos é preciso senso, decência e vergonha na cara!

Muito obrigado.

Deputado Bento Barcelos *(PSD):* Essa da vergonha!...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota *(PCP):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu sou o último a querer que este debate evolua no sentido último que parece estar a querer evoluir, no sentido de mascarar os problemas fundamentais que estão na mesa.

Obviamente que o esclarecimento que o Sr. Secretário Regional Adjunto pede ao Sr. Deputado José Manuel Bolieiro compete ao PSD. Eu não me vou meter nessa guerra, mas gostaria de solicitar também um esclarecimento ao Sr. Secretário Regional.

De facto, foi a partir de 1990 que esta situação se alterou. Foi a partir de 91/92 que as várias forças sindicais envolvidas neste processo começaram a trabalhar activamente, sem o conseguirem, no sentido da situação ser alterada. Recordo, porque é do conhecimento público, que V. Exa. era o ilustre jurisconsulto de um desses sindicatos. Portanto, quanto a mudanças de posições estamos conversados em relação ao poder e à oposição.

Eu não queria levar o debate para este lado e não o levei, porque o problema real – inscrevi-me em relação às afirmações, ao esclarecimento e às opiniões dadas pelo Sr. Deputado Francisco Barros – é que se não fosse a administração regional a garantir o financiamento dos trabalhadores das IPSS, a União das Misericórdias e a União das IPSS, não deixava que o Director Regional estivesse nas negociações. A contratação é livre entre as partes.

Estamos aqui num processo que é híbrido, com particularidades em função de quem financia. Isto é absolutamente evidente e não pode ser mascarado. Mascarar isto é fugir à realidade dos factos.

Se o Estado comparticipasse com uma parte, mas se a Associação das Misericórdias e a União das IPSS garantissem uma grande parte, o Sr. Director Regional não é que determinava se era 3%, se era 2% ou o que era. É isso que acontece.

Aliás, gostaria de esclarecer que ontem o Sr. Deputado Francisco Barros falou várias vezes, como se se tratasse de um grande achado, de que está garantido, com despacho que tenho aqui, que o aumento da função pública é aplicado a estes trabalhadores.

É óbvio que se este aumento da função pública sendo aplicado a estes trabalhadores não há convergência, porque há diferenças. Vai aumentando, mas a distância vai-se mantendo. Isto verifica-se desde 2000 e 2001, porque anteriormente estava a haver um ligeiríssimo – 0,3, 0,4 por ano – processo de convergência. A partir de 2000 é que ficou absolutamente igual.

Não vamos usar informações de forma a mascarar esta questão. A questão é muito simples.

Eu não gosto de usar termos e expressões menos agradáveis, não queria repetir a ideia da teimosia ou da estratificação. Os senhores sabem que não têm razão, que este problema tem que ser alterado um dia e estão com dificuldades em encontrar um caminho para alterar.

Esta resolução da plataforma de entendimento dá uma possibilidade concreta de ser encontrado um caminho justo e equilibrado, sem prejuízos e custos acrescidos e difíceis para o orçamento regional, mas os senhores não querem seguir esse caminho. Os senhores não querem seguir esse caminho, mas não podem disfarçar esse não querer com toda uma enunciação de princípios, de política social, etc., que é muito bom que tenham como nós temos e como outros têm, mas não estamos a falar disso.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que terminasse.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente.

Estamos a falar de um problema concreto, que não podemos fugir.

Se os senhores quiserem dizer que não, digam que não, mas na minha opinião e para que pudessem dar um passo para a resolução deste problema, acho que deviam reconsiderar a vossa posição.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses *(PSD):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A recorrência do presente debate não pode diminuir a sua importância, pelo contrário, penso que está evidente que pelo facto de ser recorrente evidencia-se essa importância e a necessidade de se resolver um problema que afecta uma parte importante do tecido social da Região Autónoma dos Açores.

A dificuldade com que o Grupo Parlamentar do PS e o Governo Regional se debate com este problema é mais do que evidente. São muitas as fugas que procuram e muito poucas as saídas que encontram.

De resto, na própria Comissão e ao longo do debate dizem não defender a equiparação, nem a convergência ou a correspondência salarial, mas ao mesmo tempo apoiam tudo o que for no sentido de dignificar o estatuto laboral, isto é, dizem que sim ao mesmo tempo que não.

Deputado Dionísio Sousa *(PS):* Qual é a dúvida?

O Orador: Quando vi o Sr. Secretário Regional levantar-se, pensei que vinha a terreiro para justificar por que é que o seu Governo, do qual faz parte há 5 anos, não vai no sentido daquilo que está aqui em causa. Apenas veio suscitar que ficasse evidente quem é que mudou de comportamento e ficou claro.

Deputado Mark Marques *(PSD): Muito bem!*

O Orador: Por outro lado, o Governo Regional nesta dificuldade que tem em assumir este problema, por um lado, vem com o diálogo, que já ficou demonstrado pela intervenção do Sr. Deputado José Manuel Bolieiro que é um diálogo apenas de máscara e, por outro lado, vem com desvios do assunto, como por exemplo, o mau funcionamento das IPSS e as políticas sociais, sem ir àquilo que o Sr. Deputado José Decq Mota referiu, isto é, o essencial da questão que está aqui em causa.

Deputado Dionísio de Sousa *(PS)* Parece que é de 90!

O Orador: Indo a essa questão de 90, e respondendo à questão suscitada pelo Sr. Secretário, é evidente, como ficou demonstrado aqui, que a partir de determinada altura – e agora é que se evidenciam a diferenças salariais, há algum tempo para cá é que se aumentaram essas diferenças, a "décalage" entre uns salários e outros – uma das desculpas que normalmente é apresentada sobre esta matéria é de que estamos perante uma relação jurídica privada.

Penso que está mais do que demonstrado que está aqui em causa um assunto de vocação pública.

Tentando sintetizar aquilo que já foi dito diversas vezes, vou apenas focar 3 notas que tornam clara esta vocação pública do funcionamento das IPSS e do estatuto dos trabalhadores em causa.

Por um lado, a função social pública desempenhada pelas IPSS e pelos respectivos trabalhadores;

Por outro lado, o financiamento público já aqui demonstrado exaustivamente neste debate, em Comissões, no debate anterior nesta Assembleia,

E a fiscalização, avaliação e controlo público dessas instituições.

Assim, fica demonstrada a exaustão de que a desculpa da relação jurídico-privada não colhe, porque estamos perante uma situação de inegável vocação pública – não é uma questão de temática pública, como aqui já foi dito – e social que ninguém pode contradizer.

Por outro lado, também já foi demonstrado de que está aqui em causa um princípio jurídico constitucional de trabalho igual, salário igual.

Como na altura e no anterior debate o Sr. Presidente do Governo dizia, este princípio – e vou citar – "marxista, leninista também adoptado pelo mauísmo".

Isto demonstra o desconhecimento que o Sr. Presidente do Governo tem pela Constituição e remeto-o para o artigo 59º, 1-A, da Constituição da República Portuguesa que estabelece exactamente esse princípio.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Esta questão da equiparação está clara ao nível dos educadores de infância.

Para finalizar, outra das desculpas apresentadas é a desculpa dos milhões. Tudo o que se peça ao Governo, se não fez, ou se se vai fazer, ele responde sempre, gastámos milhões, vamos gastar milhões, estamos a gastar milhões, isto é, a avaliação que este Governo faz de si próprio é a avaliação do dinheiro que gasta e não das obras que faz, dos investimentos que faz e dos princípios que estão subjacentes a isso.

O certo é que o diálogo demonstrado ou o dinheiro que já tiveram e que deixam de ter, em qualquer dos casos, quem fica prejudicado são os trabalhadores e é isso que nos preocupa.

Deputado Mark Marques *(PSD): Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto.

Secretário Regional Adjunto da Presidência *(Francisco Coelho):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Colegas do Governo:

O Sr. Deputado José Decq Mota começou bem a sua intervenção. É claro que não foi à toa que eu não pedi o esclarecimento ao Grupo Parlamentar do PC nem ao Grupo Parlamentar do PP. Pedi-o ao Grupo Parlamentar do PSD, o que tem um significado óbvio, o qual o Sr. Deputado percebeu perfeitamente. Infelizmente, não resistiu à tentação e quis escolher os seu campo. Tem esse direito.

Permita-me que lhe diga com toda a franqueza que é verdade que sou advogado e que já colaborei com muita honra com algumas organizações sindicais, inclusive da função pública e com âmbito – embora isto não seja da função pública – sobre esta matéria e este tipo de trabalhadores.

Sempre resisti à tentação de tentar saber qual era o meu papel. Eu era advogado em termos técnicos, não era dirigente sindical, por isso não me cabia definir a política sindical.

Nesta matéria e pelas razões que também não são muito difíceis de perceber, porque não se resolve por uma intervenção legislativa, nem me pediram nenhuma proposta legislativa – se se resolvesse talvez o Sr. Deputado em vez de apresentar uma resolução, apresentasse uma proposta de decreto legislativo regional – não tive ao nível estritamente técnico, conforme é normal, intervenção sobre esta matéria.

Trata-se de uma matéria que tem sido tratada como é normal, e já era há muito tempo, e já era nesse tempo sob o ponto de vista da política sindical. Gostava que isso ficasse claro e pareceu-me que atendendo à postura ética de seriedade que o Sr. Deputado faz questão de ter e que costuma ter, o Sr. Deputado foi, no mínimo, relativamente, infeliz na intervenção que me dirigiu.

Deputado José Manuel Bolieiro *(PSD)* Em relação ao Sr. Deputado Bento Barcelos não foi!

O Orador: Aliás, conforme V. Exa. reconheceu, não era, porque não podia ser, para si nem para o seu Grupo Parlamentar.

Relativamente ao PSD, além da referência a este facto, há boleia por parte do Sr. Deputado Clélio Meneses e atenta a sua formação e profissão, é bem mais grave. Há aqui uma ilicitude muito menos indesculpável.

Eu pedi um esclarecimento ao PSD. Penso que se houvessem razões objectivas e substantivas, isso sim e disse-o, seria um contributo importante para este debate. O silêncio do PSD para mim é esclarecedor.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Silêncio?!

Deputado Clélio Meneses *(PSD):* Os senhores ficam surdos quando as pessoas não são da vossa opinião!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros.

Deputado Francisco Barros *(PS):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu não queria recorrer à linguagem que tem vindo a ser aqui utilizada ou às expressões em termos de máscaras e de que estamos a disfarçar, até em respeito à solenidade da época em que estamos. O carnaval já passou e agora estamos na Quaresma. Um momento de recolhimento e de penitência seja melhor do que propriamente a referência às máscaras.

Em relação a uma questão concreta colocada pelo Sr. Deputado José Decq Mota, diz que o problema real é que a Administração Regional garante o financiamento. Diz isso parecendo – e desculpe a expressão – que descobriu a pólvora.

Qual é a alternativa que o Sr. Deputado propõe? É que a Administração Regional deixe de garantir o financiamento? Que sejam onerados junto dos utentes as despesas de funcionamento e o pagamento dos trabalhadores das IPSS?

Sr. Deputado José Decq Mota, sejamos francos e claros. O senhor coloca as questões como se isto fosse uma função eminentemente social. Estamos todos de acordo que as IPSS desempenhem uma função eminentemente social, embora já não estejamos tanto de acordo, no caso do Sr. Deputado José Decq Mota, com a expressão que ouvi de função social privada. Eu desconheço o que é que seja, mas deve ser algo de características metafísicas e eventualmente nublosas que me escapam ao meu parco entendimento.

Deputado Clélio Meneses *(PSD):* O Sr. Deputado fale daquilo que estávamos a falar!

O Orador: Isto não é consigo, é com o Sr. Deputado José Decq Mota.

O Sr. Deputado José Decq Mota, fala em relação aos aumentos da função pública e diz ainda bem. Parece que descobriu a pólvora! Não descobriu pólvora nenhuma, Sr. Deputado! Em 2000, os aumentos para os trabalhadores das IPSS foram em média de 4,5%. O Sr. Deputado far-me-á o favor de indicar qual foi a taxa de inflação no ano 2000.

Quanto à questão e à referência que aqui foi feita pelo Sr. Deputado Clélio Meneses à questão do trabalho igual, salário igual, em termos de princípio, suponho que também é um princípio constitucional de inegável justiça e aplicação, por isso proponho que se transporte igual princípio para os advogados, para os trabalhadores do comércio e eventualmente também para os futebolistas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais.

Secretária Regional dos Assuntos Sociais *(Fernanda Mendes):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não vale a pena repetir o que ainda há pouco tempo disse.

Quando o Governo fala em dignificação do estatuto e das carreiras desses trabalhadores, fá-lo com consistência, porque a negociação que faz a Direcção Regional de Solidariedade e Segurança Social com os representantes das IPSS e Misericórdias – são essas instituições que tabulam conversações – para estabelecer os montantes e os aumentos no que diz respeito aos acordos de cooperação, esses acordos não são iguais de instituição para instituição. A comparticipação dos utentes nas diferentes valências também não são iguais.

Portanto, cada instituição, cada valência terá um acordo que vai variando em função da realidade da instituição. Há instituições que vão precisar de um apoio mais consistente e outras menos consistente em termos remuneratórios.

Que fique claro que se os aumentos médios foram acima de 4.5% o ano passado, significa que este Governo não está com desculpas. Isso não são desculpas, mas sim decisões claras no sentido de se cumprir com aquilo que se tem dito.

Eu acho que é preciso ter muito cuidado em usar adjectivos.

Nós usamos argumentos. Este Governo tem os seus argumentos e a oposição tem os seus. Não usamos desculpas. Eu não digo que a oposição tem desculpas para defender determinado ponto de vista ou ideia.

É preciso ficar claro que o facto de a um dado momento, um dado líder do sindicato ter dito que o elemento tal do Governo..., neste caso até era eu e utilizou um adjectivo menos digno que eu nem repito, porque acho que não vale a pena.

Eu não compreendo muito bem por que é que é necessário sistematicamente vir a este plenário usando esse argumento. Fica no ar!

Em boa verdade, quando se assume uma posição, essa posição tem que ter coerência. Penso que este Governo quando decide tem uma coerência. Podem discordar, mas há coerência.

É este o nosso percurso e é este o nosso compromisso. Esse compromisso é aberto, porque quando se refere que a nossa posição é a melhoria do estatuto desses trabalhadores, é a melhoria e dignificação da sua actividade, pugnando pelos rácios correctos entre utentes e trabalhadores, se isto não é uma posição dinâmica, então digam-me o que é que é uma posição dinâmica.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro *(PP):* Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ontem, o CDS/ Partido Popular teve oportunidade de dar conta da sua posição global sobre essa matéria e uma vez que o debate naturalmente está a chegar ao seu termo, importa introduzir três ou quatro linhas gerais nessa continuidade, até para que não se fique com a ideia que o Grupo Parlamentar do PP desanimou sobre essa matéria, porque disse ontem o que tinha a dizer e hoje com muita coisa nova e boa que já aqui foi dita, não intervém. Na nossa perspectiva, importa dar mais alguma modesta participação ao que foi aqui dito.

Julgo que a Sra. Secretária Regional, como sempre, num esforço de sintetizar a posição do Governo, colocou o cerne daquilo que nos traz a este debate.

De facto, o Governo fixa-se num objectivo que é o da melhoria da dignificação do estatuto e das carreiras desses funcionários. Desde logo, quer dizer que V. Exa. assume que o Governo é que é a alavanca desse processo, como ainda há pouco o Sr.

Deputado José Decq Mota demonstrou isso em debate com a bancada do Partido Socialista.

Sendo assim, fica claro para esta Assembleia e para todos os açorianos que é o Governo quem decide, o Governo é que tem a capacidade de decidir, o Governo é que é a alavanca nesse processo e o que o Governo decidiu foi apenas melhorar e dignificar o estatuto da carreira desses funcionários. Portanto o Governo decidiu não satisfazer os objectivos que os funcionários e as suas estruturas vêm exigindo e reivindicando ao longo do tempo.

Sob esse ponto de vista desafiava a Sra. Secretária em nos dar conta de quais são as metas do Governo, se o Governo de facto quer a melhoria e a dignificação desses funcionários? Qual é o limite dessa política? O que é que o Governo visa? Visa equipará-los àquilo que já pratica em relação aos seus próprios funcionários?

Digo isto porque podemos estar aqui com alguma dificuldade de linguagem.

Este Governo preocupa-se em dizer que é tão mau como parte dos Governos do PSD foram no passado. Isto não nos satisfaz.

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD e PCP).

O Governo diz: "o nosso drama é que nós somos iguais a vocês quando vocês tiveram no seu pior"…

Deputado Joaquim Machado *(PSD)*: Pior, deles!

O Orador: Vocês, deles. O melhor deles foi quando o PSD teve no seu pior.

Isto é dito pela boca do Sr. Secretário. Pela nossa parte, como é óbvio, é negócio que não nos envolve e daí a coerência nessa e noutras matérias.

Mas dizia eu, para não "perder o fio à meada", que a questão pode ser apenas uma questão de linguagem. O Governo quer dignificar, quer melhorar, quer ir ao encontro daquilo que os trabalhadores e as IPSS desejam, mas quer ir num determinado ritmo, é isso que os Srs. querem, embora tenhamos percebido mal, pois não foi isso que eu ouvi da bancada o Grupo Parlamentar. Nessa matéria quem invoca é a bancada, mas quem decide muitas vezes é o Governo. Nós sabemos como são essas coisas.

Portanto é importante que a bancada vote bem, mas gostávamos de saber o que é que o Governo pensa, porque aquilo que o Governo pensa pode não ser aquilo que a bancada pensa nessa matéria.

Logo Sr. Secretário, os senhores querem melhorar e dignificar, para no limite assegurarem aos funcionários que os senhores pagam indirectamente, o mesmo do que fazem em relação àqueles que os senhores pagam directamente?

Pois se é isso parece-me que pode ser dado um pouco de liberdade à bancada de votar a matéria que nos traz aqui, porque aqui não diz, Sra. Secretária, qual é o limite de tempo para essa convergência. Acho que é uma das virtudes, da ponderação, do equilíbrio que essa proposta aqui contém.

Convenhamos que qualquer Governo, mesmo que à partida não tivesse de acordo com os objectivos que a oposição defende – a de sempre que é a nossa e a do PCP, e actual já com seis anos de vida que é a do PSD – mas nessa matéria estamos obviamente de acordo, se V. Exª. mesmo não concordando com esses princípios, apanhando pela frente a possibilidade de se aprovar uma Resolução tão moderada como esta, era uma maneira de sairmos daqui com a garantia de que o tal objectivo final que o Governo diz prosseguir era o objectivo final defendido por esta Casa, pelas vozes da oposição e pelos próprios interessados.

O que eu duvido é que este Governo, com a falta de sensibilidade que tem revelado para essas matéria, depois quando negociasse com os Sindicatos, na prática acabasse por aplicar uma política que não fosse ao encontro dos desejos deles, pois se fizeram a convergência há vinte anos, obviamente que eles não iriam aceitar, mas o que esta Assembleia se propõe votar não elimina que o Governo na negociação acabe por pôr em causa o espírito da decisão, hoje aqui tão ampla. Isto é uma crítica que nós, PP, podemos fazer a essa Resolução, que é o facto da Resolução não acautelar um período razoável de convergência.

Eu diria até, numa crítica aos proponentes, se o admitirem, que a preocupação que o proponente teve – não sei se estou interpretando bem – em que a Assembleia aprovasse o princípio, fez descorar a exigência dum prazo razoável para o princípio vir a ser efectivado, porque julgo objectivamente que seria uma das críticas a fazer-se a essa Resolução.

Agora, pior ainda, é que tendo a Resolução cedido, na sua concepção nessa matéria do prazo para ver se garante a aprovação, fixem o prazo sem aprovação. Isto é que seria gravíssimo.

Sintetizando a nossa posição aqui, uma vez que a matéria está em fase final de discussão, queríamos de facto apelar a que o Governo reconhecesse esses méritos, porque se eventualmente isso não for aprovado por esta Assembleia, vai ser um sinal objectivo institucional que é dado àqueles trabalhadores, de que efectivamente não se admite a prática de uma missão igual, para trabalho igual, no contexto de que o Governo é que é responsável pelas compensações.

Deputado Clélio Meneses *(PS)*: Com certeza!

O Orador: Isto é que me parece grave, independentemente do facto de estar na Constituição, ilustre conterrâneo, Deputado Clélio Meneses, não quer dizer que não seja mau.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD).

Pode estar na Constituição e ser mauista, ser marxista e ser leninista.

Portanto o nosso entendimento é que realmente importa fazer aprovar nesta Casa este princípio de igualdade que também é democrático e também é cristão, já que presumo que tenhamos alguns cristãos nesta Assembleia. Portanto é uma questão de bom senso, é uma questão de equilíbrio, uma questão de justiça.

Permita-me também só para concluir, um aspecto técnico que V. Exª. referiu, e fê-lo já por duas vezes, de que as instituições obviamente têm recursos diferentes e portanto têm meios próprios distintos, para fazer face aos seus investimentos.

O que me parece Sra. Secretária é que os apoios não são dados em função da capacidade financeira geral …

Presidente: Agradecia que concluísse Sr. Deputado.

O Orador: Obrigado Sr. Presidente.

… de cada instituição, porque se assim fosse certamente que algumas – poucas infelizmente – instituições seriam ricas, em termos relativos, na nossa Região

Autónoma, pois há instituições que têm bancos e que têm farmácias, há outras que só têm farmácias e há outras que não têm bancos nem farmácias.

Que eu saiba quando há o protocolo e o entendimento com a Direcção Regional, os funcionários são financiados na base exactamente do valor que está determinado pela Direcção Regional como limite para suportar os seus investimentos, para suportar os custos desses funcionários.

Julgo que é assim que acontece Sra. Secretária, porque se não fosse assim, certamente com uma instituição que tem um banco ou uma farmácia por detrás, a Direcção Regional exigia que essa instituição praticasse com os seus funcionários os valores, no mínimo, equivalentes aos da função pública e o que nós ouvimos das instituições não corresponde a isso.

As instituições não se sentem directamente responsáveis por esses funcionários, as instituições têm consciência que esses funcionários são pagos pelo Governo Regional e enquanto o Governo Regional não disser que altera a sua política injusta e negativa, eles não irão alterar os valores relativamente à prática das suas políticas remuneratórias.

Deputado Joaquim Machado *(PSD)*: *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota para esclarecimentos.

Deputado José Decq Mota *(PCP):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tenho pena que o Sr. Secretário Regional Adjunto não esteja na Sala.

(Pausa)

Só um minuto Sr. Presidente, pois o Sr. Secretário Regional Adjunto voltou à Sala.

Esperei pela chegada do Sr. Secretário Regional Adjunto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, porque obviamente eu procuro reger a minha participação e actividade aqui com princípios éticos, com rigor e sinto-me obrigado a pedir desculpa ao Sr. Secretário Regional pelo facto de ter mencionado a sua condição de jurista de um Sindicato sobre esta matéria. Caí em tentação mas não foi

de forma leviana. Não devia ter mencionado essa condição do Sr. Secretário Regional, mas a tentação foi motivada pelo de facto de muitos militantes, dirigentes destacados do PS, enquanto estiveram na oposição, engrossaram de facto as fileiras desta luta contra a progressiva desvalorização que os trabalhadores das IPSS tiveram.

Portanto tendo caído em tentação quis tentar demonstrar que as posições mudam conforme se está no poder ou na oposição. É isso que não é aceitável nessas matérias.

As minhas desculpas, nesse aspecto, são sinceras, porque de facto não o devia ter feito.

Em relação à parte política do comportamento de pessoas dessa área política, de facto engrossaram muito esta luta, juntamente com outros doutras áreas. Obviamente que isso não retiro, porque corresponde à verdade histórica e rigorosa do que se passou e que só se alterou depois de 1996.

Eu queria esclarecer o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro – não pediu propriamente um esclarecimento, fez uma análise, que eu concordo mas para que fique claro, como representante do proponente – que foi deliberado a não definição de um prazo na Proposta de Resolução, exactamente para que esta Proposta de Resolução pudesse ser entendida como uma porta que se abria para se sair de uma situação.

Portanto não houve aqui intenção de se fazer nada rígido. É esta a diferença que esta Proposta de Resolução tem em relação à antecedente, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A do Grupo Parlamentar do PSD é uma proposta sobre a matéria em si. Depois, em todo o debate, o PSD define um prazo da legislatura para resolver o problema.

Nós não decidimos isso deliberadamente, usamos o termo "plataforma de entendimento" exactamente para consagrar o princípio da negociação deste problema, negociação essa entre as partes envolvidas.

A leitura conjunta do 1º. 2º. e 3º, ponto é neste sentido que procura ir.

Presidente: O seu tempo está a esgotar Sr. Deputado.

O Orador: Eu termino já Sr. Presidente.

Foi deliberado e apesar de ter este objectivo se não é assim que entendem, assumirão a responsabilidade política por isso.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro

Deputado José Manuel Bolieiro *(PSD):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O assunto que hoje debatemos é nobre, de interesse para muitos destinatários que, sendo aprovada esta resolução, poderiam ser beneficiados com uma prática política, com um processo de convergência.

Não se trata de uma disputa política de protagonismo, não se trata sequer de um problema de semântica, nem sequer, Sr. Secretário Regional Adjunto, se trata de diminuir este debate político da sua essência para aquilo que o senhor tentou diminuir, fazendo com que o Sr. Deputado Decq Mota caísse em tentação e parte deste debate tivesse caído em ofensas e defesa de honra.

Lamentavelmente, o senhor também caiu na tentação de atingir um deputado desta bancada que sempre no exercício do poder executivo, quer como Director Regional, quer como Secretário Regional, ou agora como Deputado, exerceu as suas funções com toda a lisura, elegância e respeito.

Deputado José San-Bento *(PS):* Contradizendo agora tudo o que disse!

O Orador: Relativamente aos Governos do PSD, gostaria de lhe dizer que foram 20 anos de poder legitimado democraticamente pelo povo.

Hoje, para seu esclarecimento, Sr. Secretário Regional, não tenha dúvidas.

Não percebo a necessidade de esclarecimento, se ele é de facto para querer ajudar a tratar com nobreza aquilo que é essência deste debate.

O PSD não tem dúvidas hoje, como nunca teve no passado, no que diz respeito a este processo de convergência até à equiparação daquilo que efectivamente é equiparável, em matéria de funções de trabalhadores das IPSS, com funções idênticas na Administração Pública Regional.

Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, a questão é simples:

Com a Proposta do PSD o ano passado e hoje com o apoio que o PSD dá à Proposta do PCP, iniciava-se com seriedade e recomendava-se ao Governo que fizesse um processo de diálogo no sentido de convergência salarial.

Agudizou-se o processo de degradação salarial comparativa dos trabalhadores das IPSS com os funcionários públicos, sobretudo a partir de 2000, como aqui já foi dito.

Deputado Francisco Sousa *(PS):* 1999!

O Orador: A Região Autónoma dos Açores entrou num processo de melhoria de rendimentos de todos os que recebiam piores remunerações na Região, num exercício aliás de combate aos custos de insularidade, quando não só aprovou a diminuição das taxas nacionais do IRS, aumentou as pensões e reformas criando um complemento de pensão, criou para os funcionários públicos um complemento de remuneração…

Deputado Francisco Sousa *(PS):* Que tinha extinto há dois anos!

O Orador: … vulgarmente conhecido por subsídio de insularidade e acrescentou 5% ao salário mínimo nacional.

Srs. Deputados:

Há aqui o sentimento pelos tais 2000 trabalhadores que viram degradadas as suas remunerações, em relação aos funcionários da Administração Pública Regional.

O tempo em que os próprios trabalhadores e a aceitação das Instituições Particulares de Solidariedade Social começaram a incidir numa reivindicação para este processo, foi exactamente no tempo em que o PSD apresentou a sua Proposta de Resolução, ou seja, o ano passado.

Relembro a Proposta de Resolução do PSD do ano passado, que também recomendava que fosse pago um subsídio de insularidade, uma remuneração complementar àqueles trabalhadores das IPSS.

Sr. Secretário Regional, Srs. Deputados do Partido Socialista , Sra. Secretária Regional:

É bom que fique aqui evidente que das bancadas dos partidos da oposição, pretende-se dar eco e consequência àquelas que são hoje de forma inequívoca as reivindicações dos trabalhadores das IPSS, da aceitação das direcções das IPSS, num

processo de convergência e dignificação que tem um destino, destino esse, dito de forma inequívoca pelos próprios trabalhadores, de equiparação daquilo que é, obviamente, equiparável.

Não vale a pena criar sofismas entre aquilo que são as propostas dos partidos da oposição, porque não é tornar funcionários públicos os trabalhadores das IPSS, nem é comparar o que não é comparável, é efectivamente equiparar aquilo que corresponde à igualdade de funções e de trabalho executado entre os funcionários públicos e os trabalhadores das IPSS. Isto é claro como água.

Também que fique claro que deste lado há um voto a favor deste processo de convergência, do lado do Partido Socialista há um voto contra e alguma confusão relativamente à posição do Governo nessa matéria.

Os senhores transformaram em tempos, designadamente na Proposta de Resolução do PSD o ano passado, um processo de convergência numa recomendação de fiscalização do Governo às Instituições Particulares de Solidariedade Social, num exercício, para mais, de desconfiança sob aquilo que são as acções das Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Srs. Deputados, o dever de fiscalização que o Governo deve manter a quem subsidia, não precisa ser recomendado por esta Casa. É uma obrigação, um dever do Governo, para estar ao serviço dos utentes daquelas Instituições.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Não era preciso transformar e adulterar a nossa Proposta de Resolução.

Hoje, com a oportunidade que o PCP dá para que pudessem corrigir ou não, e com isso fazer um exercício de justiça, voltam a dizer não.

Por outro lado, Sra. Secretária, como sabe – até pessoalmente tenho toda a estima e consideração por si – o processo político de reivindicação dos trabalhadores das IPSS ou dos seus representantes sindicais, é de forma inequivocamente contraditória às posições da Sra. Secretária.

Secretária Regional dos Assuntos Sociais *(Fernanda Mendes):* Singular!

O Orador: Citei, porque de facto revela que há uma clara contestação ao Governo e em particular à Sra. Secretária, no que diz respeito à capacidade de diálogo com os sindicatos.

Sra. Secretária, aqui, ao contrário do que o Sr. Secretário fez em que reduziu este debate às ofensas, eu não reduzo o debate às ofensas, procuro que a senhora tenha tido exactamente a compreensão da utilidade desta Proposta de Resolução do PCP, que invoca a necessidade de uma plataforma de entendimento, de diálogo, coisa que a senhora recusou e foi denunciado pelos sindicatos. Isso é que está verdadeiramente em causa.

Acredite Sra. Secretária que ao contrário do Sr. Secretário, ou do Sr. Deputado Francisco Barros que de vez em quando entra aqui em debate mais aceso com um Deputado da minha bancada, Dr. Clélio Meneses, eu nunca seguirei por esses caminhos da ofensa ou sequer da desconsideração por parte de nenhum colega Deputado, muito menos pela Sra. Secretária.

Tenho dito.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Sousa, para uma primeira intervenção.

Deputado Dionísio Sousa *(PS):* Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nesta altura do debate é difícil acrescentar alguma coisa de novo e eu não pretendo acrescentar nada de novo, apenas queria deixar mais claro exactamente o que é que a bancada do PS rejeita e rejeita pensando.

Rejeita fundamentalmente duas coisas:

Primeiro, alguma argumentação, o essencial da argumentação que aqui é apresentada, baseada numa regra muito simples: "aquilo que prova demais, não prova coisa nenhuma".

Os argumentos aqui aduzidos provam demais. O argumento de que se não fosse o apoio do Governo, se não fosse a intervenção do Governo, as IPSS não seriam o que são hoje, não seriam em número, não seriam em qualidade, não seriam em coisa nenhuma. Esse argumento prova demais, porque se não fosse a intervenção do Governo, a agricultura açoriana não seria o que é hoje, o comércio açoriano não seria o que é hoje, os transportes não seriam o que são hoje, nada do que existe nessa Região seria o que é hoje.

Deputado José San-Bento *(PS): Muito bem!*

O Orador: Portanto, esse argumento provaria que os funcionários de cada uma dessas actividades teriam que ter também um tratamento de equiparação de meta. Mas que meta? E essa é outra razão.

Não está em causa, do que diz respeito aos trabalhadores, o facto de receberam mais ou não. Está em causa uma outra coisa. Está em causa um modelo de sociedade.

Nós não queremos uma sociedade que tenha como meta a função pública em qualquer dos seus aspectos, pelo contrário, esses funcionários exercem uma função social e exercem-na. Todas as actividades exercem uma função social, sejam elas privadas ou não, só que exercem sob formas diferentes.

Então o funcionário da empresa de transportes não exerce uma função social, quando conduz o autocarro de passageiros?

O funcionário do barco de qualquer outra empresa, não tem também essa função social?

A propriedade privada não tem uma função social?

O que é que se conclui, em relação àqueles que trabalham nessas actividades? Conclui-se o quê? Não se conclui coisa nenhuma.

Conclui-se que se quer determinado modelo de sociedade em que o funcionário público é o caminho para onde tudo se aponta. Eu percebo perfeitamente que esse objectivo satisfaça o PCP, inclusivamente – não são muito antigas – conheço posições que diziam que instituições desse tipo não deveriam existir.

Eu participei em debates em que era posição de um representante do PCP, que determinada instituição não deveria existir porque isso era função do Estado.

Portanto, percebo que o PCP tenha isso como modelo, aliás essas instituições não substituem o Estado, são formas de organização da sociedade, como outras quaisquer e é a sociedade, não o Estado, que desempenha esta função através delas.

Portanto, nós não queremos que a curto ou longo prazo se comecem a aproximar cada vez mais na sua remuneração, no seu vencimento, na sua meta, em tudo aquilo que pretendem da função pública. Pretendemos precisamente o contrário e foi isso que tentámos fazer na República, é isso que temos prometido para que a função pública passe a ter algumas regras da actividade privada. É isso que nós queremos e não queremos aqui outra coisa.

Quando nos perguntam: Caminham para que objectivo?

A história, a sociedade não caminha para outro objectivo, isso é outra concepção.

Caminha aos ziguezagues, caminha por avanços e recuos e caminhará sim para um objectivo de melhoria e dignificação desses funcionários, como todos os outros, mas não é e nunca será uma solução fácil.

É uma solução de um reivindicatismo facilitista dizer que se quer como modelo aquele que mais próximo de nós tem um vencimento superior a nós. Esse é um modelo que nós podemos apontar para todos os estratos da sociedade.

Nós estamos aqui perante opções de sociedade e nós temos feita a nossa opção, que é não dar como modelos de uma actividade que tem como função social, a função pública. Isso não o fazemos, não por causa dos tostões ou dos milhões, mas por causa de um modelo de sociedade que nós temos claro e sabemos para que caminhamos e que queremos implantar.

Não vamos por aí, não vamos por esse caminho.

Deputado Duarte Freitas *(PSD):* Então deixem de dar apoios às IPSS!

O Orador: Não fomos ontem pela mão do PSD, não vamos hoje pela mão do PCP.

Provavelmente também nesta legislatura não vamos por mão de ninguém, cavalgando sempre – como é habitual de algumas oposições – a última reivindicação que aparece em praça pública e que salta para a arena da Assembleia, no princípio ou no final do ano.

Deputado Emanuel Furtado *(PS): Muito bem!*

O Orador: Normalmente a imaginação dos políticos não dá para mais, ou seja, é cavalgar a última reivindicação que surge.

Nós não aceitamos esse modelo de actividade na Assembleia Regional e nas posições dos partidos.

Não vim trazer nada de novo, não vim acrescentar novos argumentos, mas pretendi deixar claro aquilo que nós rejeitamos, não os argumentos que não provam aquilo que querem provar, mas um modelo que não é o nosso modelo de sociedade.

Vozes dos Deputados das bancadas do PS e Governo: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e Governo).

Presidente: Srs. Deputados chegámos ao fim do nosso tempo regimental.

Até à manhã à 10 horas.

(Eram 20 horas).

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PSD)

Victor do Couto **Cruz**

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

António José Tavares de **Loura**

José do **Nascimento** de **Ávila**

Partido Social Democrata (PSD)

Humberto Trindade Borges de **Melo**

A Redactora: *Maria da Conceição Fraga Branco*